

126ª SESSÃO ORDINÁRIA 17DEZ2018

(Texto com revisão.)

PRESIDENTE MAURO PINHEIRO (REDE): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) Desiste. A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) Desiste. Esta Presidência faz um Requerimento, solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de discussão de Pauta. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA

O Ver. Reginaldo Pujol está com palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Sr. Presidente, senhoras e senhores vereadores, nós temos, hoje, uma comprovação de que esta Casa tem demonstrado o seu empenho de, pela ação legislativa, encarar várias circunstâncias que estão, hoje, no cotidiano de cada um de nós e da sociedade porto-alegrense. Nesse sentido, nós temos hoje, em 1ª discussão de pauta, mais de 20 propostas, as mais distintas possíveis, o que inclui, por exemplo, um projeto de autoria do Ver. Felipe Camozzato que prevê a instituição de Comitês de Prevenção e Solução de Disputas (*dispute boards*) em contratos administrativos celebrados pela Prefeitura de Porto Alegre. Temos outros tantos, como, por exemplo, um do projeto de lei do Executivo que autoriza a adoção de equipamentos públicos por pessoas físicas e jurídicas e revoga a Lei Complementar nº 618, de 10 de junho de 2009. Ora, aparentemente, esse projeto não teria grande complexidade, mas é um projeto destinado a modificar conceitos que, certamente, serão objetos de debates,

de discussões, enfim, de aprofundamento na sua análise. E por outro, que é o projeto também de origem do Executivo, que autoriza o Departamento de Água e Esgoto (DMAE) a atuar na manutenção, conservação, contratação e execução de obras e serviços, expansão, desenvolvimento e operação do sistema de esgotos pluviais do Município de Porto Alegre, cria e extingue cargos em comissão e funções gratificadas, autoriza o DMAE a firmar convênios, a utilizar valores decorrentes da tarifa de esgoto para realizar os serviços visando a contribuir para seu pleno funcionamento, altera a Lei Municipal nº 2312, de 15 de dezembro de 1961, que cria o Departamento Municipal de Água e Esgotos, extingue a Secretaria Municipal de Água e Saneamento. Ora, Sr. Presidente, a minha colocação inicial acerca do desejo dos integrantes da Casa e também do Executivo, de aflorar, neste final de ano legislativo, tantas propostas nos dão a dimensão exata de situação que estamos vivendo. Alerta-me, com muita razão, grande parte dos interlocutores sobre esse assunto, que o Município ficou, e Câmara Municipal da mesma forma, por muito tempo paralisada em função de ações conduzidas pelo próprio Executivo, no sentido de engessar a discussão em matérias que aqui estavam tramitando e outros fatos extra-Município, como a própria organização de competições esportivas internacionais, a Copa do Mundo de Futebol, e aí por diante, outras tantas situações. Por isso, sem esquecer as circunstâncias em que tivemos um pleito eleitoral que envolveu todo o Estado e todo País com a escolha de um Presidente da República, do novo governador do Estado, de dois senadores, representantes da Câmara Federal e Assembleia Legislativa do Estado. Tudo isso, por óbvio, gerou um certo retardamento da chegada a esse ponto, de várias matérias aqui serem consideradas e decorrerem de um esforço muito grande da nossa Procuradoria... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...de dar chance, de dar oportunidade para que essas matérias ainda, nas derradeiras sessões, tivessem chance de cumprir esse passo absolutamente necessário que é a apresentação que é feita à Casa e à sociedade desses projetos. A discussão preliminar de Pauta, o primeiro e necessário passo, que hoje atende a mais de 20 proposições e, certamente, ainda este ano, haverá de cumprir o segundo e derradeiro dia de apresentação preliminar, ficando, assim, com condições, se for o caso, de se buscar seu enfrentamento ainda no corrente ano. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, está em discussão preliminar de Pauta, em 1ª sessão, o projeto (Lê.): “Autoriza o Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE) a atuar na manutenção, conservação, contratação e execução de obras e serviços, expansão, desenvolvimento e operação do sistema de esgotos pluviais do Município de Porto Alegre, cria e extingue cargos em comissão e funções gratificadas, autoriza o DMAE a firmar convênios, a utilizar valores decorrentes da tarifa de esgoto para realizar serviços visando a contribuir para seu pleno funcionamento, altera a Lei Municipal nº 2.312, de 15 de dezembro de 1961, que cria o Departamento Municipal de Água e Esgotos”. Em síntese, um ano e meio depois que o DEP foi extinto, a Prefeitura Municipal está determinando quem fará o serviço que o DEP fazia. É uma Cidade abandonada já respondendo à corrupção no DEP, porque há um processo em andamento responsabilizando gestores do DEP por desvios de recursos, por pagamento de serviços não feitos, por bocas de lobo não limpas. As funções desse mesmo DEP, há um ano e meio extinto por lei desta Casa, agora, serão de responsabilidade do DMAE.

Nós, Ver. Oliboni, que representamos hoje, pela segunda vez, a bancada do Partido dos Trabalhadores junto ao Ministério Público do patrimônio, queremos saber onde foram parar os R\$ 53 milhões de recursos da tarifa do DMAE – tarifa 3 –, que, no ano passado e neste ano, foram repassados ao governo para o caixa único em nome do DEP, para funções que o DEP deveria realizar. Foram R\$ 35 milhões, em 2017, e já são R\$ 17 milhões em 2018.

Essa mesma Prefeitura que diz que há uma crise econômica permanente captura recursos da tarifa que não têm apoio, base em lei para gastar em outra coisa que não seja nos serviços de saneamento. Especificamente essa tarifa, que é a tarifa de esgoto misto, que é o uso compartilhado entre DEP e DMAE das estruturas de coleta de esgoto, tem que chegar ao cidadão, tem que chegar no trabalho de coleta de esgoto, de saneamento,

de recuperação da estrutura, de limpeza urbana, de desassoreamento, ou seja, de atividades específicas pelas quais responde o DEP. Ora, o DEP não existe mais desde julho do ano passado. Nós queríamos fazer uma CPI sobre isso, Ver. Oliboni, mas, infelizmente, esta Casa não entendeu que era necessário. Pois bem, agora, aconteceu mais uma hecatombe ligada ao DEP: a perda de R\$ 150 milhões. Foram R\$ 150 milhões a fundo perdido que seriam para drenagem urbana. Esse mesmo órgão, que não excedeu responsabilidade, que não foi encaminhado à sua nova estrutura pelo prefeito municipal em um ano e meio de trabalho, agora, perde R\$ 150 milhões. Uma Cidade que não tem recursos, uma Cidade em que o prefeito manda para cá uma LDO deficitária em R\$ 1 bilhão, uma Cidade que votamos uma Lei de Orçamento com R\$ 900 milhões de déficit, perdeu R\$ 150 milhões por incompetência, por falta de organização da estrutura. Recém, um ano e meio depois, o Município está mandando para cá um projeto dizendo que o DMAE deve fazer o serviço do DEP. Pois bem, qual DMAE mesmo? Se o Ministério Público de Contas está pedindo uma inspeção especial no DMAE, porque nós vínhamos denunciando desde o ano passado que Porto Alegre vem desaparecendo o seu Departamento Municipal de Águas e Esgotos. Desde o ano passado, o prefeito não nomeia ninguém para o DMAE, tem 2 mil cargos vagos! O DMAE está com horas extras, está com o risco de paralisar estações de tratamento. Qual DMAE mesmo vai assumir as funções do DEP? Quer dizer que vai, daqui a pouquinho, aparecer mais uma perda enorme de recursos, pelo DMAE, pelo seu desaparecimento, pela perda de autonomia, pela não nomeação de servidores, todos pontos apontados pelo Geraldo da Camino que tenham uma inspeção especial, porque o DMAE corre riscos. Vamos ter algum acidente de pessoas, vamos ter desabastecimento de água, e vamos continuar lenientes? O DMAE está sendo desaparecido, está sendo destruído, e agora vai assumir as funções de um DEP que não existe, e o Município não explica aonde botou os R\$ 53 milhões que saíram do DMAE e foram para o extinto DEP. Queremos saber.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR RODRIGO MARONI (PODE): Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, colegas da Câmara, público que nos assiste aqui nas galerias, e na TV Câmara, talvez um dos últimos pronunciamentos, está acabando o ano, estou me despedindo da Casa. Quando eu entrei aqui, me lembro de uma das primeiras conversas que tive contigo aqui das grandes desilusões que tenho com relação à política e com relação à nossa imprensa, o trabalho malfeito que faz a nossa imprensa. Entrei aqui com a mesma convicção que saio, para pior, na verdade, de que os veículos de imprensa... Nós temos alguns colegas aqui que são jornalistas, tipo a Mônica Leal, o Bosco, seguramente, nós temos aqui dentro assessores de imprensa, jornalistas dos gabinetes, pessoas da própria imprensa da Casa que são infinitamente superiores ao que os grandes veículos fazem e o que a grande imprensa faz, e o que é tão rebaixado o jornalismo hoje, infelizmente, feito de forma panfletária. Eu, particularmente, não teria um jornalista, tem alguns que nem falo mais, tipo a Rosane de Oliveira, eu acho ela tão... (O Ver. Rodrigo Maroni, em Requerimento, solicitou a retirada da palavra do seu pronunciamento, tendo sido deferido pelo Sr. Presidente.) ...tão vazia que nem atendo ela, nem que ela quisesse me dar meia capa ou meia página do jornal Zero Hora; não atendo ela. No dia da eleição, quando fui eleito deputado, não atendi o jornal Zero Hora por isso. E tem outros que entram nessa lista, a exemplo, inclusive, desse... (O Ver. Rodrigo Maroni, em Requerimento, solicitou a retirada da palavra do seu pronunciamento, tendo sido deferido pelo Sr. Presidente.) ...o Paulo Germano, Adeli. Conhece esse menino... (O Ver. Rodrigo Maroni, em Requerimento, solicitou a retirada da palavra do seu pronunciamento, tendo sido deferido pelo Sr. Presidente.) É um jornalista que, sinceramente... (O Ver. Rodrigo Maroni, em Requerimento, solicitou a retirada da palavra do seu pronunciamento, tendo sido deferido pelo Sr. Presidente.) ...de última categoria. Acho que nem na época do sindicato mais poluído de movimento secundarista fazia um panfleto tão ruim, eles estão sem colunista mesmo. Esse menino fica fazendo especulação, e aí, Roberto, não poderia deixar porque te falei que tenho um carinho para... (O Ver. Rodrigo Maroni, em Requerimento, solicitou a retirada da palavra do seu pronunciamento, tendo sido deferido pelo Sr. Presidente.) ...por ti, desculpe o termo, mas um carinho de grande amigo. Tu sentas do meu lado, no início a gente se pegava no pau, eu tenho respeito ideológico ao PSOL, ao que o PSOL enfrenta, a forma com que enfrenta o sistema, ao Marcelo Freixo, à Marielle, a vocês aqui no Sul, sei que não é fácil

pág. 5

fazer política de fim ideológico, por isso quero dialogar contigo, meu irmão, aqui em cima. Semana passada, fui nominar uma rua de Porto Alegre de nome de Marielle. Primeira grande questão questionada por esse jornalista. Quando ele for te ligar, já saiba que é provocação, ele está armando a casa para falar, tipo, ele vai te estimular a falar de alguma coisa para pegar o canto de uma frase e justificar o que ele quer falar. Sabes que a RBS, há anos, faz isso. Tu sabes bem, por isso, o MST, há 30 anos, tirou a linha de não falar com a RBS, com o jornal Zero Hora, porque eles são... (O Ver. Rodrigo Maroni, em Requerimento, solicitou a retirada da palavra do seu pronunciamento, tendo sido deferido pelo Sr. Presidente.) ...eles fazem isso para justificar e colocar uma meia frase nossa no negócio. É a quinta ou sexta vez que esse... (O Ver. Rodrigo Maroni, em Requerimento, solicitou a retirada da palavra do seu pronunciamento, tendo sido deferido pelo Sr. Presidente.) ...me liga, respeito ele como um... (O Ver. Rodrigo Maroni, em Requerimento, solicitou a retirada da palavra do seu pronunciamento, tendo sido deferido pelo Sr. Presidente.) ...mas um cara que nem sei se é formado em jornalismo, para me falar sobre a homenagem que eu fiz à policial e à Marielle com o nome de rua. Cara, primeiro, eu acho que quem bota nome de rua é vereador... Sinceramente, eu tenho um constrangimento de fazer isso. Tem cara que faz isso por voto, mas eu, particularmente, não preciso disso, nunca precisei, meus votos são de opinião, então, estou... (O Ver. Rodrigo Maroni, em Requerimento, solicitou a retirada da palavra do seu pronunciamento, tendo sido deferido pelo Sr. Presidente.) ...para o negócio de rua, mas botei por um símbolo de diferença, para mostrar que o Brasil estava repartido entre duas vertentes. É óbvio que eu não vou escolher a rua, até porque as ruas, João Bosco...

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

VEREADOR RODRIGO MARONI (PODE): Eu retiro, Bosco, pô! Vai dar em mim, cara? Tu és baixinho irritado, rapaz! Tu me respeitas, depois tu falas! Segura o meu tempo! Não estamos no colégio, tu achas que tu gritas e tu mandas!

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

VEREADOR RODRIGO MARONI (PODE): Está bem, eu não estou no sacerdócio! Depois eu retiro! Eu pago a pena!

Aí, Roberto, quando te ligaram para falar com relação à questão da Marielle, todas as ruas que não têm nome são ruas que não estão valorizadas, velho! Se até rua com nome não é valorizada, rua sem nome é óbvio que não é valorizada! Aí eu perguntei para ele: tu querias que eu botasse o nome da Marielle na Nilo Peçanha, na Protásio? Quando vocês propuseram tirar o nome da Castelo Branco para botar Legalidade, deu todo um bafafá. Aí querem que eu ache uma rua boa, bem localizada para botar nome? Aí te jogou contra mim, Roberto, e tu deste uma de mangolão, velho, olhe aqui! Deste uma de mangolão e caíste no papo do cara... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Mas eu quero dizer, Robertinho, que não te pantes pela Zero Hora, velho; não te pantes pela Zero Hora, Roberto! Olhe aqui, o PSOL é alto nível, rapaz, a Zero Hora é baixo nível. Jornalista não é parceiro, velho, é provocador, eles precisam vender matéria. Eu falei para ele que era melhor ele pegar e estampar uma... (O Ver. Rodrigo Maroni, em Requerimento, solicitou a retirada da palavra do seu pronunciamento, tendo sido deferido pelo Sr. Presidente.) ...de biquíni, como faz o Diário Gaúcho, no meio da capa, do que escrever uma coluna tão mal escrita como ele escreve, estás entendendo? Olhe aqui, esta é a nossa imprensa no Rio Grande do Sul: vazia, fraca, noveleira, entendeste? Baixaria! Por isso que, lamentavelmente, o nosso povo é tão despolitizado; com uma imprensa dessas, não há como se ter outro resultado!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Obrigado, Ver. Rodrigo Maroni. A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde, Presidente; colegas, pessoas que nos assistem através da TVCâmara e também participam desta sessão de segunda-feira. Vereador Rodrigo Maroni, é impossível não vir a esta tribuna rebater as suas colocações. Jornalista faz o seu trabalho, eu sou jornalista, o Ver. João Bosco Vaz é jornalista e o Ver. Aldacir Oliboni também. A questão é muito simples: não existe essa de que jornalista não é amigo, de que jornalista não ajuda. Não! Vereador, primeiro eu gostaria que o senhor

retirasse os termos “cambalacheira” e “idiota”, porque não ficam bem. Esta Casa leva muito a sério as manifestações, e quando são feitas manifestações sobre qualquer pessoa, sobre qualquer profissão, são feitas com muito respeito. Há vezes que não concordamos, mas nem por isso sairemos agredindo as pessoas. Eu quero lhe dizer que não aceito essas colocações sobre uma jornalista ou outro jornalista, casualmente do mesmo veículo, porque ficam numa situação constrangedora, mesmo para quem não é dessa área. O senhor imagina, e eu não concordo. Vou contar um episódio para o senhor, que me aconteceu no ano passado, em janeiro – Ver. Maroni, gostaria que o senhor me ouvisse, para entender que é uma questão de respeito e equilíbrio. Em janeiro do ano passado, por um acaso dessa vida, eu tive uma dificuldade em sair caminhando num determinado dia da minha vida; fui ao médico e ele me deu o diagnóstico de uma doença maligna. Era um diagnóstico errado! Levou minha família à loucura, eu fiz 26 exames, eu estive em 12 médicos, mas, nem por isso, em momento algum, eu vim a esta tribuna ou fui à imprensa acabar com os médicos ou com a medicina! Isso não significa que nós possamos destruir as pessoas! Quer dizer, eu sofri, minha família sofreu, foi um erro médico, mas, em momento algum, eu generalizei a medicina, como o Ver. Rodrigo Maroni fez nesse momento em relação aos jornalistas.

Então, eu quero sinceramente dizer, como Vice-Presidente desta Casa, como vereadora, como futura Presidente, que eu não aceito essa manifestação do Ver. Rodrigo Maroni, principalmente no momento em que ele está deixando esta Casa que tem a história de ser respeitosa, cuidadosa, que não usa palavras de baixo calão, palavrões. Por favor, eu não poderia deixar de vir aqui e fazer esta manifestação. Ambos os jornalistas, queiram ou não, aceitem ou não, merecem o nosso respeito.

Eu utilizo a tribuna para não deixar que essa sua fala seja a fala da Câmara Municipal da Capital do Rio Grande do Sul. De forma alguma. Nós não pensamos assim, em que pese muitas vezes a gente não concorde com alguém ou ache que agiu errado, não chegou a notícia, ou procedeu de alguma forma que tenha nos prejudicado, não é dessa maneira que um parlamentar pode utilizar a tribuna enxovalhando, atacando colegas, profissionais que são competentes; se não, não estariam aí. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente da Casa, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta tarde. Quero fazer uma saudação muito especial a todos os técnicos da FASC que aguardam pela votação preciosa do projeto Família Acolhedora. São bem-vindos aqui, é o primeiro projeto de Pauta desta tarde.

Queria, antes mesmo de entrar no assunto ora escolhido aqui pela nossa bancada, dizer também que é prerrogativa do vereador, seja dentro da comissão, aqui no plenário, ter iniciativa de fazer projetos de lei, assim como dar nome às ruas. Agora, se não forem consultados os moradores daquela rua, ou até mesmo os vereadores da bancada correlacionada, no caso específico da Marielle, evidentemente pode haver a livre manifestação de ambas as partes. E, pelo que eu vi na discussão feita na imprensa, neste final de semana, do nobre jornalista, com todo respeito, porque a imprensa é livre, ele fez o questionamento de ambas as partes, uma vez que este projeto já foi aprovado; portanto, é importante esse diálogo com a sociedade. Por isso não se nomeia rua também sem ter uma discussão política. Acho que é importante valorizar o nome, mas também discutir com o plenário e com as comissões.

Eu queria dar seguimento a um assunto que a nobre colega, Ver.^a Sofia, levantou, que foi esta manifestação, até diria, do secretário Ramiro, em que ele questiona que não era atribuição dele concluir o projeto de drenagem da cidade de Porto Alegre; por isso, o governo municipal perdeu R\$ 150 milhões a fundo perdido. Se o DEP foi incorporado à sua secretaria, de quem é o compromisso? De quem é o compromisso? Quem não lembra da reforma administrativo, proposta pelo atual governo, como foram incluídas, absorvida, algumas secretarias que acabaram virando departamentos. Será que destruíram o DEP de tal forma que nem se sabia quais os projetos que estavam tramitando? Alguma coisa aconteceu. Por isso que o secretário ou o próprio prefeito tem que mandar uma equipe para cá para explicar essa incompetência de gestão: perder R\$ 150 milhões é claro que é falta de gestão, de interesse público, porque era a fundo perdido. E nós aprovamos na semana passada empréstimos de mais de R\$ 200 milhões para o governo para desenvolver ou manter projetos em Porto Alegre. Aí, o nobre

pág. 9

secretário faz questão de questionar um ato legítimo dos vereadores aqui na tribuna, fazer uma crítica construtiva. Nós não estamos condenando ele aqui ou prendendo o nobre secretário, que também é vereador, com todo o respeito, e ele tem toda prerrogativa de questionar também a manifestação e se justificar mediante à imprensa e à sociedade. Agora, para nós, uma secretaria ou até um departamento perder R\$ 150 milhões a fundo perdido numa área que todos nós sabemos que é deficitária e complicadíssima, que é a drenagem da nossa Cidade. Ou todo mundo não sabe que, a cada chuva, em alguns lugares da Cidade vira um lago? Claro que vira! Mas aí não tem nem para limpar as bocas de lobo, e ele perde R\$ 150 milhões! Ramiro, V. Exa. tem a obrigação de dar satisfação ao seu governo, de dar satisfação à Câmara Municipal e principalmente à sociedade, que cobra de ti a qualidade e principalmente não perder esses recursos que ficam a fundo perdido. Lamentavelmente, foste incapaz, ou se não foi V. Exa., podemos até retirar o que estamos falando. Agora, o governo anterior claramente iniciou o processo, faltava apenas desenvolver o projeto, que, segundo a Caixa Econômica Federal e o Ministério das Cidades, dizem que não receberam. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Rodrigo Maroni (PODE) (Requerimento): Eu queria pedir para retirar os palavrões do meu pronunciamento. Queria dizer que minha fala foi individual, Presidente, em respeito a todos os colegas, eu falo, pura e simplesmente, em meu nome, inclusive com a legitimidade – o Bosco estava me lembrando – de quem fez uma homenagem aqui ao jornalista Paulo Germano. Então, a minha relação é absolutamente individual aqui e quero agradecer à Casa, e respeito todas as opiniões, inclusive a do Roberto, da Mônica e dos outros.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Defiro o Requerimento de autoria do Ver. Rodrigo Maroni.

A pedido do Ver. Mendes Ribeiro, vice-presidente da CCJ, e da Presidente da CEDECONDH, a Ver.^a Comandante Nádia, quero convidar todos os vereadores amanhã, às 9h, para uma Reunião Conjunta da CEDECONDH e CCJ, com a presença do secretário estadual da Segurança, Cezar Schirmer, que virá aqui para compartilhar com

os vereadores as questões dos indicadores da segurança em Porto Alegre. Os vereadores que tiverem interesse em participar, desde já, estão convidados.

O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Obrigado, Presidente Valter, vereadores, vereadoras, público que nos assiste; eu falo em nome da liderança do PSOL, da Ver.^a Fernanda Melchionna e do Ver. Prof. Alex. Eu não ia usar a palavra para tratar desse tema, mas, com a fala do Ver. Rodrigo Maroni, eu resolvi falar. O Maroni é um vereador, no mínimo, controverso. Ele provoca algumas polêmicas, às vezes, desnecessárias, mas ele é controverso. Ele acabou de dizer que deu, pelo que eu entendi, um prêmio ao jornalista Paulo Germano, e aqui na tribuna chamou o Paulo Germano de idiota. Um dia, ele dá um prêmio para o Paulo Germano, no outro dia, chama o Paulo Germano de idiota. O Maroni, às vezes, defende o Marchezan, às vezes, é contrário ao Marchezan, e, às vezes, o é pelo mesmo motivo, não por um motivo diferente. E eu quero dizer o seguinte, Maroni, tu disseste que não querias me agredir, que eras meu amigo, mas tu tens que ter cuidado com as palavras, porque as palavras têm importância nas relações humanas e na política, ouviu, Maroni? Ele me chamou de mangolão, vejam a elegância do Ver. Maroni. Eu poderia simplesmente devolver e dizer: mangolão, és tu! E estabelecer o nosso nível de debate no nível do Maroni, mas é óbvio que eu não vou fazer isso porque eu tenho muito respeito aos mongóis e também, mais respeito ainda, e todos devemos ter, aos portadores de síndrome de Down, que, em última instância, é a derivação para explicar essa ligação entre a acusação informal de mongoloide como sinônimo de idiota. Esse sinônimo de acusação informal ligando mongoloide à idiota é uma derivação do desrespeito aos portadores de síndrome de Down. E como eu respeito muito os mongóis e os portadores de síndrome de Down, eu evidentemente não vou fazer nenhuma menção ao Maroni como mangolão. Mas o importante não é isso, porque, o Maroni foi eleito deputado estadual, às vezes, o povo também tem os políticos que merece, pelo menos uma parte do povo. Eu não votei no Maroni para deputado. Mas, em termos eleitorais, tenho perdido muitas, não votei no Bolsonaro para Presidente, o povo elegeu Bolsonaro; não votei no Eduardo Leite. Então, o povo faz as suas escolhas. Nós, democraticamente, lutamos para influenciar o máximo possível para que as escolhas do povo sejam as mais favoráveis aos interesses do próprio povo. Esse é um desafio que nós temos. É um

desafio de luta política, de debate político para que o povo não vote em interesses opostos aos seus. Muitas vezes, na minha opinião, ocorre isso.

O tema específico envolvendo esse pequeno quiprocó com a imprensa – e eu respeito a imprensa, eu divirjo muito da linha editorial da RBS, todo mundo conhece a minha posição, mas eu penso que a imprensa é muito importante. Porque a imprensa, de modo melhor ou pior, exerce algum nível de fiscalização. E eu defendo que a imprensa exerça mais ainda a fiscalização, eu acho que exerce pouca fiscalização.

A minha crítica à imprensa é no sentido de que ela fiscaliza menos do que deve, pelos seus interesses corporativos e empresariais, mas fiscaliza.

E nós, aqui nesta Casa, acabamos vários de nós assinando – eu não assinei, mas sei que vários de nós assinamos, nossa própria bancada, a Fernanda mesmo assinou – uma ideia ótima, que é a de homenagear a Marielle, que foi assassinada no dia 14 de março. E todos nós, do PSOL, quando o Maroni começou a articular, ele começou isso em abril, nós realmente estávamos mais preocupados em saber se o nosso partido teria novas marielles, em exigir a investigação do assassinato que, até hoje, não foi revelado, do que colocar nome de rua para a Marielle. E o Maroni fez esse projeto em abril, rapidamente. (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) De lá para cá, achamos ruim que tenha sido o Maroni, eu até comentei com ele que achava que não cabia a ele fazer esse projeto. Mas o que nos desapontou é que não houve nenhuma discussão com os moradores dessa rua, o pessoal não costuma, não tem como método central nomear ruas, praças. Não é que a gente negue isso, porque isso é parte também do legislador. Mas nós procuramos sempre dar significado para as coisas, por exemplo, o Prof. Alex nomeou uma praça a partir da mobilização da comunidade que queria dar o nome para a praça, e o nome específico foi o nome escolhido pelo Prof. Alex, pois nesta rua não havia sequer moradores. Por isso nós vamos pedir, depois, Ver. Mauro, para que seja restabelecida uma verdadeira homenagem para a Ver.^a Marielle... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o final do seu pronunciamento.) Obrigado. Nós vamos pedir um novo processo, uma nova denominação para a rua Marielle, para que tirem o nome dessa rua que é vazia, e vamos pedir inclusive para o governo nos ajudar nisso para que seja restabelecido realmente o sentido de homenagem, que é o sentido que a Câmara de Vereadores quer dar. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Mônica Leal assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores, também estou subindo aqui na tribuna para falar sobre a perda de R\$ 150 milhões que seriam recursos para reforma e ampliação das casas de bombas daqui de Porto Alegre, da nossa drenagem. Vou sintetizar essa perda como uma tragédia, uma grande tragédia. Por quê? Para cá, para o Guaíba, chegam os cinco maiores rios do Estado e eles desembocam todos aqui em Porto Alegre, no Centro, no nosso Guaíba. E, desde muito, acompanhamos isso, vem rios do norte, do sul, do centro do Estado, Passo Fundo, Lagoa Vermelha, Caxias do Sul, Bento Gonçalves, a área de Tramandaí, o Vale dos Sinos, todos desembocam aqui. E, se um dia der uma grande enchente esparramada nessa região toda do Estado, nessas regiões, nós teríamos enchentes enormes aqui em Porto Alegre, como já aconteceu no passado.

O antigo DNOS, para combater enchentes, bolou, meu caro Ver. Oliboni, diques. Porto Alegre está protegida por grandes diques: o do Sarandi, a nossa Av. da Legalidade/Castelo Branco é um dique, a Av. Beira-Rio é outro dique. E onde não se fez dique, nós temos o Muro da Mauá. Portanto, Porto Alegre, com essas obras, se protegeu contra enchentes, mas, por outro lado, tem um risco enorme de alagamento.

O que fez o DNOS, na década de 70? E de lá para cá, nada mais foi feito nesse sentido. Idealizou e construiu bombas, casas de bombas que pegam as águas da Cidade e levam para dentro do Gravataí e do Guaíba. Desde 1978, repito, essas casas de bombas tiveram mínima recuperação, nada de ampliação, e hoje o sistema não está bem.

Quando Diretor-Geral do DEP, encaminhei para o Ministério das Cidades os projetos básicos, para, dentre outros que já falei aqui, reforma e ampliação de todas as casas de bombas da Cidade. E a questão é a seguinte: conquistamos os recursos – R\$ 150 milhões -, que beneficiariam centenas de milhares de porto-alegrenses; lá em 2004, encaminhei o projeto a Brasília; em 2013 foi feito um pré-projeto; em 2015 assinamos os

contratos; e em 2018 perdemos os recursos. E tudo começou, na minha modesta análise e visão das coisas, com o término do Departamento de Esgotos Pluviais – que era modelo para o País, técnicos altamente capacitados foram levados de um lado para outro, e nós não temos, hoje, estrutura que pense nisso. Lamentavelmente, perdemos, portanto, estou aqui fazendo um apelo ao nosso prefeito, para que desenvolva tratativas no sentido de recuperar esses R\$ 150 milhões, que beneficiará.... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR MARCELO SBARBOSSA (PT): Boa tarde a todos e todas, em especial, aos servidores que estão aqui hoje e as pessoas que acompanham aqui o projeto chamado Família Acolhedora. Espero que seja uma votação meramente simbólica, porque, realmente, temos consenso de que é necessário avançar muito na área da infância e juventude. Falo aqui em nome da Fernanda Melchionna, Prof. Alex, Robaina, Oliboni, Adeli e Sofia, vereadores dos dois partidos de oposição formais aqui desta Casa. Primeiro, a minha opinião pessoal, o que vou me permitir aqui fazer nessa discussão sobre a rua Marielle. Não vou entrar no mérito, mas a ideia do nosso mandato é de que o nome de rua possa ser colocado pelas próprias pessoas, sem a interferência dos parlamentares. Esse foi um projeto que tentamos votar na legislatura passada, não foi possível, foi rejeitado, e nós o apresentamos novamente, ou seja, retira-se das mãos dos parlamentares, homens e mulheres, esta prerrogativa de colocar os nomes para, sim, ouvir a comunidade, que se auto-organiza para pedir a colocação de determinado nome de rua. Gostaria de fazer minhas homenagens à Marielle, também, dizendo que discordo do método, independentemente de que esse seja o método que hoje funciona. Subi aqui para dizer que o prefeito Marchezan, que está na Rádio Guaíba neste momento, tem um gosto por criar tensões. Nós estamos quase na virada do ano, esta é a última semana cheia do ano, e os servidores ainda não sabem quando receberão, Ver. Roberto Robaina, o 13º salário. Foi uma correria aqui neste plenário, Jonas – servidores do Simpa estão aqui –, justificando que nós tínhamos que votar projetos, senão os servidores não

pág. 14

receberiam o 13º salário. Pois bem, votamos, aprovamos, o prefeito sancionou, já é lei desde o dia 7 de dezembro, e o prefeito ainda não se manifestou quando irá pagar, em que banco os servidores poderão receber. Ou seja, cria um elemento de tensão às vésperas do Natal. Não há motivo nenhum para, todos os anos, eu cheguei a acreditar que era o primeiro ano do governo o ano passado, por isso o prefeito tinha que justificar a sua votação atacando os servidores públicos e atacando a Cidade na sua maneira de ver as formas de fazer política. Virou o ano e novamente estamos aqui sempre tensionados e a Câmara acaba refletindo essa tensão. Desde o governo Marchezan, a Câmara tem mais importância, porque vêm para cá os elementos de tensão do prefeito municipal. Mas o fato é que chega a véspera de férias, seja de inverno, seja de verão, a Câmara Municipal está tensionada junto com a Cidade. Quero lembrar que, há dois meses, mesmo já não podendo ser lei a partir do ano que vem – a Lei do IPTU –, mesmo assim o prefeito mantinha a Câmara pautada para votar um projeto que nem poderia ser aplicado em 2019. Então, eu não consigo entender de outra forma, senão que haja um gosto de pautar a Cidade com temas que não levam a nada. Quero lembrar que, além da questão do 13º salário dos servidores e servidoras do Município, o prefeito mandou para cá três projetos, inclusive e novamente, o tema das 40 horas, que, provavelmente, espero que não haja mudança, o fato de precisar de reuniões conjuntas e não ter acordo em todas as comissões, principalmente na CCJ, não permitirá que seja votado neste ano e espero nem no ano que vem. Espero que não seja votado esse projeto das 40 horas, que me parece é um tema que vários vereadores, inclusive da base do governo que já discordaram no ano passado e discordam também neste ano. Então, resta aqui um lamento de prefeito que tensiona a Cidade. Eu até acho que, muitas vezes, o tensionamento é positivo, a ideia de progresso, muitas vezes, tem a questão de desacomodação. Mas, neste caso, é o contrário, o ataque que o prefeito faz é meramente ideológico. E é bom que se diga: ideológico, de querer atacar as pessoas que prestam serviços para a Cidade, desestabilizando, não eles em primeiro lugar, mas a Cidade toda e os serviços que prestam para toda a cidadania. Então, fica aqui o nosso repúdio, e que nos próximos anos o prefeito finalmente reveja suas posições.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, colegas Vereadores, queria, não fugindo das discussões que já houve aqui, trazer um tema à discussão dos colegas. Estamos nos aproximando agora do dia 20, em que há uma grande expectativa do comércio no Brasil inteiro, na nossa Cidade, de aquecimento das vendas, de melhoras nas vendas, uma expectativa de que o Natal deste ano e que o início do próximo ano sejam melhores do que os outros. Mas eu queria perguntar ao Ver. Robaina, quando eu estava procurando esses dados, e assim a todos que aqui estão, quanto vale o tempo que nós usamos aqui na tribuna, nossos cinco minutos que usamos aqui na tribuna? Estava pesquisando no impostômetro para saber quantas pessoas pagaram impostos do dia 1º de janeiro de 2018 até o dia de hoje: foram pagos R\$ 2.283.988.000,00. Enquanto eu pesquisava, eu cronometrei, bem na hora em que o Ver. Robaina falou aqui na tribuna, para chegar aos milhões, porque é impensável chegar aos números de mil! Enquanto Ver. Robaina falava, depois outros vereadores usaram a tribuna – o Ver. Ferronato e o Ver. Marcelo –, o impostômetro do Brasil marcou R\$ 32.246.000,00, em cinco minutos! Em cinco minutos nós pagamos, contribuímos para os cofres da União, Estado e Município com R\$ 32.246.000,00. Só que 62% desse dinheiro ficará em Brasília, 62% desse dinheiro é administrado pelo Congresso Nacional; e nós pagamos muitos impostos: 37,4% na água mineral, 35,98% na margarina, 29% na carne, 17,24% no arroz e no feijão, 26,80% no frango, 30,60% no açúcar, 25,28% no milho, 22,79% no óleo de soja, 20,59% nos ovos. Isso é o mínimo de produtos que uma família necessita para sobreviver e o que se encontra de impostos em cada um desses produtos da cesta básica. Os vereadores aqui que vieram do interior sabem muito bem que lá, naquele pedacinho de terra, geralmente, a pessoa planta milho e batata, porque isso garante a sustentação de uma família no interior junto com as animais que ali cria. Esse milho chega à nossa mesa com 25,28% de impostos. Esses produtos da cesta básica chegam à nossa mesa com escancaro de impostos. Isso a gente vê também em outros itens.

Aqui nesta Casa, por exemplo, nós temos vários projetos que tratam sobre a questão do sistema da passagem. Há o projeto que tira a isenção dos idosos, que tira a isenção das pessoas com deficiência, que tira o cobrador do ônibus, que tira uma série de vantagens

que os rodoviários levam. Todos os anos, o sindicato leva essas questões para as negociações, e as empresas dizem que precisam tirar as isenções para melhorar o sistema de transporte, mas não falam do absurdo de impostos que estão embutidos dentro do sistema. Só a Prefeitura diminuiu os 2% que lhe cabia; agora, nós não vimos essa diminuição se aplicar no óleo *diesel* – as empresas foram beneficiadas pela diminuição do preço do *diesel*, mas isso não chegou na mão da população. Então, nós estamos fazendo um alerta que, no dia 1º de janeiro de 2018, até o dia de hoje, até as 15 horas, quando abrimos o impostômetro nós tínhamos pago, já de impostos, R\$ 2.283.988.000.000,00. Um absurdo! Em cinco minutos da nossa vida, nós deixamos nos cofres do governo R\$ 32 milhões de impostos, e o retorno disso tem sido quase inexistente na área da saúde, onde as pessoas não encontram o que necessitam, cirurgias, exames, tem sido insuficiente na área da educação, sem falar em infraestrutura e logística.

Então, eu acho importante esta Casa, de grandes debates, começar a discutir e levar para as nossas Bancadas, no Congresso nacional, a necessidade que nós temos de fazer, imediatamente, uma reforma tributária e um novo pacto neste País. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR RODRIGO MARONI (PODE): Robertinho, eu fico feliz pelas últimas falas. Eu não poderia acabar o ano diferente. No ano passado, Nádia, e tu me avisaste, fui dar homenagem; e nem um minuto de silêncio o PSOL pediu aqui para Marielle, eu não vi o Roberto vir pedir agora. Nem um minuto de silêncio!

(Aparte antirregimental da Ver.^a Fernanda Melchionna.)

VEREADOR RODRIGO MARONI (PODE): Eu lembrei. Mas eu quero dizer o seguinte: a única coisa que eu não retiro da minha fala é mangolão. Sabem o que é mangolão? Primeiro, que o Roberto falou uma coisa que eu concordo com ele inteiramente. Eu conheço o Roberto há mais de 20 anos. Eu não sou o cara mais controverso dessa

Câmara, Robertinho, não dessa Câmara, talvez de todas as Câmaras do Brasil, eu seja o mais controverso, porque, na minha opinião, eu duvido e questiono pessoas que não são flexíveis a mudar, Ricardo, de opinião. E o Robaina é um que eu conheço há 30 anos e está na mesma Igreja Evangélica, agarrado nas bolas da Luciana Genro. Não mudou nada. O discurso é o mesmo de 30 anos atrás, ninguém vale nada, como 30 anos atrás, só os projetos do PSOL que valem – os donos da verdade, alternativa e tudo o que eles fazem é bom. E o resto é ruim. Eu nunca vi ele vir aqui para elogiar nada do MDB, eu nunca vi ele vir aqui para elogiar nada do PDT ou de outro partido que não seja o dele mesmo. Isso é a coisa mais evangélica, viu Freitas, o Roberto é muito mais evangélico do que vocês, os evangélicos são uma linha, eu respeito, eu, particularmente, não sou, mas respeito. Mas ele é muito mais evangélico porque não trata de questão, mas justifica pela política do dízimo da Luciana, da relação eterna. Então, te acho mangolão, Roberto, na integralidade da palavra. Primeiro, que sou louco, controverso, me estico daqui e dali para exercitar o meu cérebro, Janta, para poder lutar pelo melhor, seja com o Marchezan, seja o projeto do PT, eu acho que tem gente boa, eu votei no Haddad. Olha só que loucura! Votei no Haddad no 1º e no 2º turnos, no Raul Pont, e ajudo o Marchezan, porque acho que a gente não é coletivo ali na diferença, Nádia. Pessoas assim, que não mudam, imagina o que é uma pessoa assim num casamento, numa relação de amigos. Ou se tira o patronal, a chefia desse partido dele, uma pessoa que não aceita a diferença. Eu o acho mangolão não porque é mongoloide, porque eu defendo, mais do que ninguém, as relações psiquiátricas, acho que a maior parte das pessoas têm algum tipo de problema psiquiátrico. Eu, inclusive, acho que tenho, na minha opinião, mais que a média tem, mas chamo de mangolão o cara que não vê que vai bater pênalti, por oportunismo, para fazer gol sem goleiro e chuta a bola, mas quando vê, contra o gol dele, que é coisa que tu fazes, Roberto. Deixa a bola picando, o que for para agitar a galera, para jogar para a torcida, para fazer discurso fácil, para ser contra todo mundo, entendeu, Nádia, nada do que é dos outros é bom, ele tá dentro. É assim há 30 anos, qualquer governo tá dentro, porque é fácil estar dentro desse discurso. Queria eu ser carregado, ter sido carregado por uma parlamentar há 30 anos, que me colocasse como prioridade, para ficar sempre jogando para a torcida. Sou sempre contra, casamento do outro é ruim, partido do outro é ruim, como ele se veste é ruim, como ele trabalha é ruim, o projeto sai da cabeça dele é ruim. Fui botar o nome de uma rua de uma mulher favelada, onde ia botar? Queria que eu

botasse, me admira o Roberto vir aqui com discurso absolutamente conservador, defendendo as ruas da burguesia, ele queria o quê? Que eu botasse na Padre Chagas, uma mulher da favela? O nome da rua da favela na Padre Chagas! Vamos lutar, Roberto, vamos escrever o projeto e lutar para que a Padre Chagas seja substituída por Marielle ou a Goethe, vamos ver se a gente consegue, ou alguma na Chácara das Pedras, que é o que tu queres. Eu topo! Ainda está com essa camiseta que parece gerente do Madrigal! Mas deixe eu te dizer uma coisa, escute o seguinte: eu botei com a intenção de dar uma homenagem para a mulher, rapaz! Dar uma homenagem para a mulher dentro de uma favela para valorizar a rua, rapaz, como eu dei para a brigadiana! Aí tu vens aqui e fazes o discurso da Zero Hora, o discurso mais de direita... A Mônica, que é minha colega, irmã, querida e que defende os militares, eu aceito, é amiga do pessoal. Agora tu me surpreendes muito; tu, que tens uma política...

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR RODRIGO MARONI (PODE): Não vou repetir, não vou, porque foi espontâneo, foi de um bar noturno. Roberto, tu fazeres um discurso da Zero Hora, tu, que és secundarista de alma, que não mudaste o discurso dos teus 12 anos para cá, vir defender o Paulo Germano, que joga para a torcida. Pô, nem contra um colega teu, velho, que está defendendo uma menina negra, que luta por justiça social, que não tem intenção nenhuma... Podes pegar o nome da rua e botar tu! Podes substituir, eu voto contigo, velho! Só botei por botar, junto com a brigadiana aqui, com a policial militar. Ponto final. "Mangolão" segue, e o resto dos palavrões eu retiro. Que bom terminar o ano, Roberto, brigando contigo, porque eu te amo de paixão, meu velho. Eu sou tão controverso que eu te amo... Eu acho que tu és mangolão, porque tu és engraçado também. (Pausa.) Tem mais um minuto. Robertinho, sabes por que eu te acho mangolão? Porque mangolão não é o cara que é burro, não é o cara que é idiota; é o cara que é mangolão, ele, eventualmente, dá umas mangoliadas. Ele é engraçado, tem senso de humor, e esse cara és tu! E é oportunista sim; eventualmente, é oportunista também. Por isso, acho que mangolão é a palavra que te define melhor.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Vereadora Mônica Leal, presidindo os trabalhos; hoje, em Pauta, se pode falar em qualquer coisa, porque o que se falar aqui está contemplado em inúmeros projetos de lei, uma profusão de projetos de lei. Mas, antes de tudo, queria dizer, Ver.^a Mônica Leal, que concordo com V. Exa. sobre a questão comportamental no plenário desta Câmara, concordo integralmente. Segundo, acho que nós temos que fazer um verdadeiro debate sobre o que interessa. Há intervenções aqui que utilizam subterfúgios para falar de coisas completamente desnecessárias, irrelevantes e, como disse há pouco o Ver. Janta, temos que pensar quem está pagando essa conta. O povo brasileiro paga a conta de um Judiciário caríssimo, de um Legislativo caríssimo, e de um Executivo caríssimo, portanto, nós temos que trabalhar e produzir. Por isso, vou me ater fundamentalmente à questão do projeto de lei que fala do DMAE e do DEP. Perdemos R\$ 150 milhões – isso não é pouca coisa! Isso é incompreensível e intolerável. Nós temos que discutir aqui seriamente para saber quem é o responsável na Prefeitura Municipal. Dizem-me que é o secretário Ramiro. Quem responde por isso, Sr. Prefeito Municipal? Quem responde por isso, Sr. Nelson Marchezan Júnior? Quem responde por isso, Sr. Vice-Prefeito Gustavo Paim? Líderes do Governo, Ver. Nedel, quem responde por essa barbaridade, por perder esse dinheiro? E também estou atento, como V. Exa. deve estar mais atento ainda, porque nos preside numa comissão importante, que é a do turismo, e não podemos perder o dinheiro do centro de eventos. Atentos estamos todos nós, Porto Alegre precisa, mais do que nunca; talvez seja uma das capitais brasileiras que mais necessita de ajuda, hoje, do Governo Federal, independentemente de quem seja governo. E Vereadores Freitas e Alvoni, V. Exas. têm debatido aqui, e tenho dado suporte quando posso, a questão das políticas sociais, que hoje estão estraçalhadas no País e nesta Cidade. Nós temos compromissos com esta Cidade, com o povo, com o povo pobre, despossuído. Nós avançamos semana passada, aprovamos o projeto do mobiliário urbano, que pode trazer, para a Prefeitura de Porto Alegre, recursos para fazer os equipamentos, os instrumentos do mobiliário urbano para os quais o governo teria que desembolsar dinheiro. Agora essa fusão DEP e DMAE. Passaram-se dois anos, passou-se o DEP para determinada secretaria, agora se faz essa mistura de recursos. Nós

pág. 20

queremos saber por que essa proposição. Pouco se explica, ou melhor, quase nada se explica.

Por isso nós estamos aqui: para cobrar uma política de saneamento, de água para a população. Desde a semana passada, Ver. Robaina, falta água na Bom Jesus, falta água na Lomba do Pinheiro – vou ficar só nessas duas comunidades. Um horror! Aí tem desculpa para tudo: “Desligamos o bombeamento na Chácara... Tivemos que fazer tal obra e tal coisa, portanto vai ser resolvida a questão.” Mas o povo da periferia toma água do DMAE. Eu já disse aqui: diferentemente de alguns esnobes, eu gosto do carnaval de Porto Alegre e bebo água do DMAE! A água do DMAE é boa, mas ela já começa a ter problemas exatamente por falta de obras. Por isso eu vim aqui, Ver.^a Mônica Leal, discutir o projeto que trata da questão do DMAE, não sem dizer antes, como já disse, que a gente tem que manter postura ética e determinação dentro desta Casa.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): (15h37min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Aprego a Emenda nº 05, de autoria do Ver. Ricardo Gomes, ao PLCE nº 011/18.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Ricardo Gomes, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 05 ao PLCE nº 011/18 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Aprego e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Ricardo Gomes, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 05 ao PLCE nº 011/18.

Em discussão o PLE nº 014/18. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal; colegas vereadores e vereadoras, de modo especial a todos os técnicos da FASC que estão aqui, o nosso presidente Joel, seja bem-vindo a esta Casa, a medida em que é apresentado um projeto de lei do Executivo e que nós, vereadores, neste momento, Ver.^a Fernanda, temos

a prerrogativa de discuti-lo. Quero dizer antecipadamente que a nossa bancada votará favoravelmente, até porque sabemos do enorme papel e da importância que tem a FASC na área social no Município de Porto Alegre, mas, mais do que isso, a inúmera responsabilidade que essa secretaria, ou a presidência da FASC, tem com relação às crianças e aos adolescentes, que, por sua vez, estão numa situação lá de adoção – que não é o caso aqui desse projeto –, mais outras crianças que estão em processo judicial e que cabe à secretaria ou à FASC abrigá-los em casas de abrigo ou em casas conveniadas para poder dar essa ideia de acolhimento familiar. Em Porto Alegre não são poucas as crianças, são 780 crianças que aguardam – por isso o nome do projeto de lei que cria o programa, Programa Família Acolhedora – por um cidadão que possa, com a sua família, se dispor, por um tempo, a acolher essas crianças. E será acolhida uma criança para cada família, ou no caso de gêmeos, podem ser duas ou três. Então, essas famílias acolhedoras, pelo que diz o projeto, também vão receber, como ajuda de custo, um salário mínimo, para poder, então, dar uma certa condição de vida e dignidade, sustentabilidade a essa criança. Essas famílias não podem estar cadastradas em um programa de adoção, porque senão pode haver um certo apego a essa criança e podem querer depois adotá-la. Não, essa família não pode estar na lista de adoção, que é um outro programa. Então, quero parabenizar a FASC pela iniciativa, dizer que é apenas uma iniciativa, mas de extrema importância e alcance social, porque dialoga com aquelas famílias que tiveram problema judicializado. Infelizmente, recai sobre as crianças menores, que ficam sem pai e sem mãe biológicos, mas poderão ter pais acolhedores, uma família acolhedora, que trará mais dignidade a essas pessoas. Portanto quero parabenizar, Joel, toda a tua equipe, todos os profissionais técnicos da FASC. E quero dizer que é preciso, sim, fazer projetos com esse alcance. Recursos existem, apenas temos que deslocá-los, e aqui debater sobre essa tremenda vulnerabilidade enfrentada na nossa Cidade, e sobre o caso de famílias que possuíram crianças e que não corresponderam em função da dura realidade que nós vivemos. Portanto, sucesso nessa caminhada.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna e do Ver. Roberto Robaina, ao PLE nº 014/18.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Roberto Robaina, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLE nº 014/18 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 01 ao PLE nº 014/18.

A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLE nº 014/18.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (MDB): Boa tarde, Ver.^a Mônica Leal, Presidente desta Sessão, em teu nome, quero cumprimentar os colegas vereadores e o público que nos assiste aqui na Câmara, também os espectadores da TVCâmara. Quero dizer que esse programa que vem do Executivo, que se chama Programa Família Acolhedora, vem exatamente ao encontro de tudo aquilo que nós esperamos, o Município fazendo a proteção da Cidade, assegurando para crianças e adolescentes toda a proteção necessária quando são crianças afastadas da família, por negligência, por descaso, por abuso e por tantas outras circunstâncias que bem sabemos.

O programa busca acolher e atender crianças e adolescentes do Município de Porto Alegre afastados do convívio familiar por determinação judicial, isso é importante de a gente dizer, que não é qualquer criança, não é qualquer adolescente, são aqueles que foram afastados da família por determinação judicial, que estejam em risco pessoal ou social decorrentes do abandono, da negligência, dos abusos, da violência, da opressão, entre outras tantas coisas tristes que acontecem com crianças e adolescentes. Dessa forma, esse Programa Família Acolhedora trata de uma medida protetiva, fazendo com que haja uma guarda temporária de famílias que venham exatamente acolher essas crianças e adolescentes, famílias pré-cadastradas, famílias que estejam no programa da Capital e que tenham interesse comprovado e condições de receber essas crianças e adolescentes. Vejam bem, o que nos resguarda e tranquiliza com esse programa é que efetivamente o Judiciário e Ministério Público estarão observando, fiscalizando e destinando crianças e adolescentes para cada família que assim desejar. Ainda, cada família poderá acolher, no máximo, uma criança ou um adolescente. E os beneficiários, as famílias que estarão fazendo esse acolhimento, terão algumas exigências: ter segurança na acolhida, acolher essa criança ou esse adolescente de forma singularizada, fazendo

com que eles não estejam numa casa onde existam dez, quinze crianças, mas que o convívio dessa única criança ou adolescente seja mais pormenorizado, inclusive no atendimento social, no atendimento à saúde, no atendimento à assistência, resguardando, dessa forma, toda integridade dessa criança ou adolescente. Então é realmente um projeto que visa a melhorar a situação de diversas crianças e adolescentes que estão em situação de vulnerabilidade e afastados da suas famílias naturais, podendo ser atendidos por uma equipe multiprofissional que estará em contato diariamente, semanalmente, quinzenalmente com essa família que se propôs a acolher esse menor. As crianças são de zero a 12 anos e adolescentes de 12 até 18 anos incompletos. Então, essa é uma parceria que tem tudo para dar certo, garantindo os direitos da criança, garantindo os direitos do adolescente e a gente sabe da importância do Município não virar as costas para essa situação triste que ocorre muito correntemente aqui no Município.

Então, por certo serei favorável a este projeto pelas nossas crianças, pelos nossos adolescentes e pelas famílias que terão a oportunidade... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Só para terminar, e pelas famílias que terão a oportunidade de dar amor, carinho, proteção e assistência individualizada, que é o que nossas crianças e adolescentes necessitam e merecem. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Valter Nagelstein reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): O Ver. José Freitas está com a palavra para discutir o PLE nº 014/18.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (PRB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste, servidores da FASC que aqui estão, quando eu fui conselheiro tutelar de Porto Alegre, fui o primeiro a encaminhar criança para o programa Família Acolhedora, que existia na época; eu fui o primeiro conselheiro tutelar a fazer encaminhamento. Como eu estou conduzindo a Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente, numa conversa com a promotora Cinara, da Promotoria da Criança e do Adolescente, ela fez várias solicitações para a nossa Frente Parlamentar e

uma delas era a criação do programa Família Acolhedora. Nós fizemos essa indicação, então, para o prefeito, no ano passado, e, graças a Deus, o prefeito está colocando em prática, mandando para esta Casa esse projeto. Conversando com a Dra. Cinara, soube que ela revisou todo esse projeto. Ela disse que seria bom se não houvesse nenhuma emenda. Então, quero antecipar o meu voto aos colegas. Eu vou votar no projeto e não vou votar nas emendas dos colegas, porque o projeto foi analisado pela Promotoria da Infância e Juventude. O projeto está muito bom como está. Então, quero só adiantar isso. O projeto Família Acolhedora é muito bom, porque a gente sabe que, quando uma criança chega no Conselho Tutelar ou em qualquer outro órgão, onde não tem um familiar para ficar com ela, seria bom se ela não fosse para um abrigo. E família acolhedora, o nome já diz, são famílias que estarão se cadastrando para acolher essa criança por um período de tempo. Essa criança, ao invés de ir para um abrigo, vai para a casa de uma família que se inscreveu no programa. E essa criança vai estar, por um período, num lar, até que o juiz defina a guarda dessas crianças. Então, a bancada do PRB, eu e o Ver. Alvoni, estaremos votando, com certeza, para aprovação desse projeto, porque é uma porta a mais que os colegas conselheiros tutelares terão para encaminhar as crianças que chegam até lá. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLE nº 014/18.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Boa tarde a todos e todas, eu queria discutir o projeto. É um tema muito importante e que precisa ser discutido no Município de Porto Alegre. Não só discutido, mas também avançado em vários aspectos com relação à possibilidade de a gente ter uma medida transitória, como o Programa Família Acolhedora que já existe no Município de Santo Ângelo, que tem tido uma experiência de sucesso, permitindo um lar transitório para essas crianças e, ao mesmo tempo, humanizando essa relação bastante difícil no que diz respeito ao número de crianças abrigadas e a ideia de transitoriedade que está prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, que infelizmente, não tem sido a regra ao longo dos anos. O que a gente tem visto é que o abrigo transitório tem virado abrigo permanente; o que a gente tem visto é que há uma

enorme quantidade de crianças nesses abrigos, são mais de quatro mil crianças afastadas do convívio doméstico e familiar, por uma séria de razões: por violência, por negligência, e, obviamente, muitas vezes, uma necessidade de intervir e proteger a vida dessa criança, mas, pela falta de equipes técnicas, o processo de destituição de tutela, muitas vezes, demora anos. Ao demorar anos, a destituição de tutela, a gente tem mais de quatro mil abrigados e menos de 600 crianças aptas à adoção, conforme último levantamento, em 13 de junho deste ano, disponibilizado nos grandes veículos. Ou seja, as crianças seguem nesses abrigos, acabam crescendo, tornam-se adolescentes, fica mais difícil a adoção, infelizmente, mas é uma realidade. Muitas famílias procuram apenas crianças pequenas, mesmo a procura da família original, que sempre é a prioridade do ECA, às vezes se dificulta com relação à atualização dos cadastros e a necessidade, por óbvio, de ter equipes para fazer esse sistema de busca com mais pessoas, e garantir que esse processo não seja tão demorado. Dessa forma, eu acho que essas medidas de transição são importantes. Por isso, eu e o Ver. Prof. Alex, apresentamos, no ano de 2017, um projeto de lei com o mesmo teor. Embora seja bastante diferente em alguns pontos. Talvez não no ponto central de criar política pública, mas de controle sobre a FASC. É diferente do projeto apresentado pelo governo neste momento. A prioridade e a possibilidade, Ver. José Freitas, de aumentar para um salário mínimo e meio para crianças com deficiência, para que também haja o estímulo para que famílias atendam a crianças com deficiência, também estava previsto no nosso projeto, um “*plus a mais*” – faço uma brincadeira, a partir de uma fala famosa! –, em termos financeiros, até para ajudar essa estruturação, que é mais cara. Acho que, muitas vezes, há falta de diálogo do governo com a oposição, senão poderia ter sido o projeto refletido sob este e outros aspectos. Acho que é muito bom essa comitiva feita com o poder Judiciário, com o Ministério Público, com a OAB, com a FASC, para que haja esse avanço do Família Acolhedora, graças a isso avançou na Assembleia Legislativa, mas, nesse terreno, também tem o Legislativo, que também tem contribuições. Respeitando a visão da Dra. Cinara, acho que a gente está aqui para contribuir no processo, e contribuir qualificando, para que a gente possa ter um protagonismo da FASC na seleção das famílias e na garantia de todos atendimentos previstos, e que essa família que vai receber passe por uma análise psicossocial, pela qualificação técnica – tem que ter a garantia de que essa família não quer apenas pegar o recurso e não cuidar da criança. Essa é, sim, uma

preocupação, eu sei que é de todos nós, que sejam famílias que de fato acolham e garantam que esse lar, embora transitório, seja um lugar de afeto, seja um lugar de reencontro e seja um tempo pequeno da vida dessa criança, mas que esse tempo seja muito profícuo, desenvolvendo a criança, que ela frequente a escola, enfim, garantindo vínculos a essa criança já tão sofrida por ter sido afastada do convívio familiar, quer seja por motivo de violência... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...quer seja por motivo de negligência, quer seja por serem famílias que têm afeto, mas não têm estrutura – muitas vezes, o poder público poderia entrar com a estrutura muito antes de destituir essa tutela. Então, é um debate profundo, não o Família Acolhedora, embora tenham pontos que precisam ser aprofundados, porque é uma medida transitória importante, mas o conjunto das políticas públicas de proteção a crianças e adolescentes.

Eu não podia concluir sem dizer que isso são direitos humanos. Nós estamos ainda no mês do Dia Internacional dos Direitos Humanos, que foi comemorado no dia 10 de dezembro, e infelizmente ainda temos vozes reacionárias que dizem que direitos humanos são defesa de bandido. Direitos humanos são a defesa das crianças, dos adolescentes, das mulheres, dos LGBTs, dos trabalhadores, dos negros e negras. Os direitos humanos são parte da busca de medidas como essa. Ele tem um partido, mas são pessoas... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Obrigado. A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLE nº 014/18.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Eu quero tentar sensibilizar, Ver. José Freitas, porque me parece que algum compromisso a FASC tem que assumir em relação a esse programa, que é muito importante. Mas vejam, quero começar por um dado, Fernanda: no Município de Porto Alegre, 14,45% das crianças de zero a cinco anos se encontram em situação de miséria. Miséria! São famílias com rendimento nominal *per capita* até R\$ 140,00, sendo que 2,2% dessas mesmas crianças residentes integram famílias sem rendimento nenhum. A pobreza na nossa Cidade indica o tamanho da negligência, o tamanho da violência e da não garantia de direitos que vive a nossa infância. Isso de um

lado; de outro, havia um programa muito potente em relação a essas crianças, o programa Bolsa Família. O programa Bolsa Família depende muitíssimo do funcionamento pleno do SUAS nas cidades para identificação das famílias e das crianças em vulnerabilidade, das crianças em situação de rua. Esse é um programa potentíssimo, se a nossa rede de assistência social funcionar bem, estiver bem instalada, tiver Ação Rua funcionando em toda a Cidade. Nós temos uma ação preventiva muito importante para não chegarmos numa situação de ter que encaminhar as crianças para outras famílias, para abrigos ou encaminhamentos para a Família Acolhedora, numa situação de transição.

Eu quero dizer que nós estamos com a volta das crianças na rua e com o trabalho infantil. Me surpreendi, na semana passada, saindo da Assembleia Legislativa, com um engraxate. Ver. Pujol, pensei que não ia mais ver crianças fazendo papel de engraxate, que era uma realidade, há vinte anos, que nós convivíamos. Um menino, na frente, na porta da Assembleia Legislativa, um pequeno menino, Oliboni, engraxando sapatos, sentado numa caixinha de sapatos. E isso mostra que aumentou o desemprego, a pobreza ou a fragilização das famílias, a proteção à infância. Nós temos algumas leituras, óbvio, que são da crise econômica, mas também houve uma redução muito grande de Bolsa Família, e a gente precisa de uma explicação melhor, se essa redução é uma redução por corte de recursos ou foi por redução mesmo da nossa implantação do SUAS, da diminuição do pessoal, da interrupção dos contratos que a FASC teve que fazer e fez no ano passado, e a não retomada deles. Qual é, afinal, a explicação para a infância estar na rua? Porque a rua já é um sinal de que essa criança está com porta de entrada para abrigos, porque a vulnerabilidade da rua, a violência da rua, a violência nas famílias, enfim, então, são “n” elementos.

Quanto ao Família Acolhedora, ele é um programa que implica em rendas nas famílias. E eu sei, nós sabemos que a violência contra a infância, quando a criança não está na rua, ela é praticada nas famílias. A violência é praticada por pais, por mães, por padrastos, – lamentável o assassinato de uma criança, esses dias, por um padrasto –, por irmãos mais velhos; crianças que são cuidadas por outras crianças. Portanto, nós precisamos, e vamos debater, daqui a pouquinho, o tema da infância e da educação infantil, e vou falar dos dados do Tribunal de Contas. Nós precisamos de atendimento à educação infantil, cumprimento das metas, mas nós precisaremos de um excelente processo de seleção e

fiscalização do Família Acolhedora. E eu não consigo imaginar que a fiscalização aconteça se a FASC não tiver um papel preponderante. Sim, acredito no conveniamento, sim, a nossa rede de relações e parcerias com as instituições civis da comunidade, em Porto Alegre, é uma rede muito potente, é uma rede muito séria, é uma rede que reúne mensalmente, que tem representação no Conselho da Criança. Acho que temos uma estrutura muito boa de fiscalização, de participação, a gente tem pouquíssimas denúncias porque a gente tem uma presença continuada de ativação nessa relação. Mas precisamos de uma FASC muito forte, muito presente, uma relação com o Judiciário, com o Ministério Público que só a delegação, só a terceirização não vai garantir. Dessa vez, a criança estará no âmbito familiar, no âmbito individual, não estará num abrigo onde a gente até tem problemas, mas estará num espaço privado e aí, tem que ter muito cuidado.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): O Ver. Cláudio Conceição está com a palavra para discutir o PLE nº 014/18.

VEREADOR CLÁUDIO CONCEIÇÃO (DEM): Boa tarde, Sr. Presidente, Valter Nagelstein; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, todos que compõem o plenário, pessoal da FASC, Joel, e as entidades que compõem também esse trabalho tão importante. Presidente, ouvi atentamente cada fala dos Srs. Vereadores e quero me manifestar totalmente favorável a este programa Família Acolhedora porque, em muitos momentos, na minha função de policial, cumprindo o mandado judicial, nós nos deparamos com pais que estão envolvidos com o tráfico de drogas e. quando vamos levar estes presos, as crianças ficam totalmente desassistidas. Então, este programa visa a corrigir, amparar essas crianças que são vítimas duas vezes ou mais, também porque a minha Igreja desenvolve um trabalho, e muitas pessoas da nossa Igreja são parceiras nesse projeto, fazem parte dessas famílias que acolhem, eu mesmo, muitas vezes, fui padrinho social. Então, esse trabalho realizado e esse programa já nasceu fadado ao êxito, porque ele é fruto do Ministério Público, da Justiça e de tantos órgãos que estão totalmente comprometidos. Além disso, a minha esposa é conselheira tutelar. Ela mesma, muitas vezes, fica me estimulando, corrigindo e me dando opiniões e informações extremamente

pág. 29

oportunas que a gente acaba não tendo. Mas tendo alguém que está diretamente ligado a esse trabalho, eu não teria como não apoiar. Eu estou dando o meu voto favorável a esse projeto e creio que os meus colegas do Democrata, o Pujol e o Dr. Thiago, vão seguir essa tendência, para que ele possa cumprir a sua função de amparar, acolher e dar um futuro às crianças que hoje estão destinadas ao fracasso. Muito obrigado, que Deus abençoe.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Muito obrigado, Ver. Conceição. Já que estamos falando sobre as nossas crianças, eu quero aproveitar e convidar todos, pois amanhã, às 14h, no Theatro São Pedro, nós estamos levando 600 crianças às 14h, mais 600 crianças às 16h, para assistir ao nosso musical sobre a Revolução Farroupilha, promovido pela Câmara de Vereadores. Nós estamos tendo apoio de ônibus, de lanche e, oportunamente, noticiaremos quem está dando esse apoio. Vai ser um momento muito bonito. O Theatro São Pedro, generosamente, está abrindo as portas para essas crianças que estão na rede pública de ensino e que, muitas vezes, não têm acesso à arte e à cultura, especialmente num espaço como o Theatro São Pedro. Eu tenho certeza de que amanhã vão se encantar. Eu gostaria muito de que os Srs. Vereadores pudessem ir, vai ser um momento muito bonito. Amanhã, duas apresentações, às 14h e às 16h, da nossa ópera-rock sobre a Revolução Farroupilha.

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLE nº 014/18.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Presidente Valter Nagelstein, este projeto da família acolhedora é daqueles projetos que nós teríamos que votar por unanimidade, espero que isso aconteça. Esse projeto não deve ser um projeto de governo. Mesmo vindo do Executivo, esse projeto diz respeito a todos nós. Quem precisa de acolhimento não sabe da cor partidária e não quer saber da cor partidária. Muitas vezes ele precisa de um banho, de uma roupa para não passar frio; precisa de um teto, e precisa de amor. Acho que aqui temos que dar essa demonstração de amor para as pessoas que precisam de uma mão amiga, de um coração amigo. É um projeto daqueles que todos nós temos que participar, ajudando de alguma forma, Ver. Ricardo Gomes, que, muitas vezes, o poder público não consegue. Uma Família Acolhedora, além de dar condições de vida

para essas pessoas que precisam, dão o calor humano, que é o que move todos nós a nos comportarmos como cidadãos, como alguém que venha a participar da sociedade de uma forma ativa. Isso não é fazer favor, muito menos dar esmola. A Família Acolhedora é para acolher a pessoa no verdadeiro sentido da palavra – acolher como a pessoa é, ajudar na forma que se pode ajudar, mas, principalmente, ajudar de uma forma que se possa trazer esse indivíduo para dentro de uma família, para que saiba conviver com a família, para que saiba conviver com a escola, conviver com o trabalho. A Família Acolhedora é para acolher todas essas pessoas que precisam e que elas passem a ter o direito de ser cidadãos completos, na plenitude; que possam participar, que possam ter e desfrutar do dia a dia que todos nós temos, mas que muita gente não tem. São essas pessoas que quase não têm nenhum tipo de vínculo, que precisam ter um lar; precisam ter um coração que possa dar-lhes aconchego, um abraço, um beijo; que possa fazer com que as pessoas acolhidas cresçam e participem, sempre de uma forma mais humana, mais calorosa e mais amorosa. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Obrigado, Ver. Idenir Cecchim.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Prof. Alex Fraga solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nº 02, nº 03 e nº 04 ao PLE nº 012/18.

Apregoo e defiro Requerimento de autoria João Bosco Vaz, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 01 ao PLE nº 012/18.

O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para discutir o PLE nº 014/18.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, Presidente, colegas, todos que nos acompanham aqui. Saúdo de forma especial todo o corpo técnico e profissional da FASC que está aqui acompanhando os trabalhos do dia de hoje; eles sabem o quanto é caro esse assunto para mim, o quanto ele é também um pouco difícil.

Eu vou ser bem breve aqui, fazer um relato para vocês dizendo claramente que, com todo respeito e carinho aos colegas, eu vou votar e vou apoiar esse projeto da forma com que ele foi feito. Quero deixar claro que eu não vou apoiar ou votar a favor de nenhuma emenda que não tenha sido construída pelas pessoas que construíram o projeto. Esse projeto é caro para alguns vereadores que, como eu, acompanhando a questão no Brasil,

começaram a propor aqui nesta Casa o mesmo projeto. Eu recebi a visita do Solimar, enquanto estava à frente da FASC, solicitando, na época dessa iniciativa, compreender quantas pessoas estavam envolvidas: Ministério Público, OAB, FASC. Esse projeto deveria ser enviado pelo Executivo, não poderia ser diferente; compreendi, fiz a retirada do projeto. Eu quero deixar claro que eu me sinto extremamente contemplado, mas os meus objetivos são bem pessoais, Ver. José Freitas, a quem eu ouvi atentamente. Desde 1984 a 1996, eu fui vítima de violência, e eu tive a sorte de ser acolhido por algumas famílias; duas especificamente me acolheram nas horas mais difíceis, antes de eu procurar um colégio interno para ter onde morar e estudar. Em homenagem às pessoas que o senhor citou aqui, muito especialmente os conselheiros tutelares da microrregião 9, Thaise, Elaine, Cristiane, Jairo (Jairão), Robinson (Ro), eu não teria condições de ser Conselheiro Tutelar, porque não teria condições de enfrentar o que essas mulheres e esses homens enfrentam diariamente – tenho muita consciência de que não teria condições. Então seria completamente descabido eu não fazer de tudo para que este projeto estivesse aqui sendo votado. No dia 26 de junho ele foi pauta da CEDECONDH; naquele momento fiquei até um pouco calado porque, depois de passar 12 anos da minha vida por essas dificuldades, eu às vezes me controlo para não falar sobre o assunto, mas só tenho a agradecer a vocês que são os principais responsáveis por terem feito as articulações para este projeto estar aqui e ser votado. Eu quero dividir com as colegas e os colegas uma coisa muito simples que já falei: se nós aqui – isso aqui é difícil, alguns chamam de moedor de carne; a política, às vezes, é muito dura – conseguirmos mudar a vida de uma pessoa, lhe dar valores como amor, cidadania, cuidado; se cada um daqui – pode ser que temporariamente em quatro anos não haja retorno, que não seja reeleito – sair do seu mandato e conseguir, não importa de que forma, tocar a vida de alguém, vai ter valido a pena este projeto por nos dar estas condições. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para discutir o PLE nº 014/18.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Sr. Presidente, colegas vereadores, é até difícil falar depois do depoimento emocionado do Ver. Moisés Barboza. Eu tive a

oportunidade, em 1999, de morar quase um ano como voluntário no Abrigo João Paulo II, uma parte da minha história que eu não fico comentando, porque isso não é motivo de nenhuma propaganda pessoal. Eu fazia o mestrado na UFRGS e quis ter aquela experiência solidária, junto com os padres calabrianos, dos quais sempre fui amigo. E eu morei lá, eram dois padres, dois leigos e eu vivendo lá no Abrigo João Paulo II, onde eu cuidava, Ver. Aldacir Oliboni, das crianças. Eu me revezava entre as atividades do mestrado, os estudos e as crianças por muito tempo. Então, esse é um tema que me comove, aliás, quem não se comove com uma criança não se comove com nada no mundo, tem um coração de pedra, de ferro, não é verdade?

E eu tive também, há duas semanas, o privilégio de acompanhar as vistorias da promotora de justiça, Dra. Cinara Vianna Dutra Braga, que é responsável pelos abrigos de Porto Alegre. Eu visitei vários abrigos porque estou com um requerimento aqui, na Casa, solicitando uma comissão especial para nós investigarmos, ou, pelo menos, conhecer melhor os abrigos de Porto Alegre diante de algumas denúncias que têm chegado sobre a questão do trato com as crianças – essa é uma preocupação que tenho justamente porque eu tenho uma experiência e uma ligação direta com o tema. Então, acompanhei a Dra. Cinara e fiquei profundamente comovido e impressionado com o seu trabalho, a riqueza de detalhes numa inspeção que ela fazia nos abrigos de Porto Alegre. Fui convidado, Ver. Márcio Bins Ely, para voltar com ela nessa inspeção, quero fazê-lo. E ela tinha um *checklist*, vereadores, em que sabia qual a porta, a cortina que ela tinha sugerido que fizesse alteração, qual colchão que não tinha mais validade, demonstrando um zelo, uma preocupação extraordinária com as crianças abrigadas em Porto Alegre. E um dos lugares que eu estive foi numa casa de uma mãe social, uma família acolhedora também, no Partenon. E eu fiquei profundamente impressionado com a forma com que aquelas crianças, Ver. Mauro Pinheiro, eram tratadas por aquela mãe social, morando na casa tinham uma filha e o marido, e ela tratava as nove crianças como filhos. Isso é um avanço tremendo para assistência social de Porto Alegre, isso é um avanço tremendo para a proteção das nossas crianças, na promoção do bem-estar, que vai além do comer e do dormir, que envolve também a dimensão emocional, psicológica, espiritual também de cada um desses jovens. Então, nessa discussão, eu já quero, Sr. Presidente, falar da minha simpatia, e fazer uma moção de aplauso informal que eu proponho ao trabalho extraordinário da promotora Cinara Vianna Dutra Braga, que, inclusive, esteve visitando a

pág. 33

Presidência da Casa, o nosso Ver. Valter Nagelstein, para falar do apoio do Poder Legislativo à essa atividade que o Ministério Público, junto com o poder municipal realiza na proteção das nossas crianças. Então, tem o nosso apoio, tem a nossa simpatia entusiasmada esse projeto proposto para as nossas crianças de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): O vereador e futuro deputado Elizandro Sabino está com a palavra para discutir o PLE nº 014/18. Está na região limítrofe, mas já passou para o lado de lá.

VEREADOR ELIZANDRO SABINO (PTB): Sr. Presidente, obrigado pela deferência, pelas palavras, revelando que já estou sentindo saudade da Casa, pela convivência harmoniosa com pessoas como V. Exa., que é um querido colega, sempre muito respeitoso nas lides do dia a dia, e como todos os colegas que aqui estão presentes.

Quando eu estava ouvindo aqui as manifestações, uma pauta tão grandiosa que nós temos aqui, e tantos projetos que nós temos que votar, eu não poderia deixar de trazer aqui a minha manifestação a respeito desse tema tão importante, que é o Programa Família Acolhedora no Município de Porto Alegre. Quero parabenizar a todos os presentes que estão envolvidos com esse tema, a todos que, de uma forma ou de outra, estiveram pontuando para o desenvolvimento do programa e que atuam nas mais diversas interfaces, seja na equipe multidisciplinar, seja nas ações de gestão do próprio poder Executivo, bem como o Legislativo sempre tendo o seu papel fundamental, aprovando projetos de tão expressiva envergadura.

Eu fui conselheiro tutelar por sete anos e dois meses na cidade de Porto Alegre e corregedor do Conselho Tutelar. Aliás, a minha dissertação de mestrado eu fiz com base no tema corregedoria do Conselho Tutelar, trazendo uma abordagem muito importante da questão da cidade de Porto Alegre, que tem essa função muito eficiente da atuação da corregedoria dos Conselhos Tutelares. Foi na nossa gestão presente no Conselho Tutelar, é bem verdade, dada a militância de 39 pessoas – eu estava na coordenação do Conselho Tutelar. Então, eu e mais 39 colegas, foi na nossa gestão que o Conselho aumentou de 40 conselheiros tutelares para 50 e de 8 Conselhos Tutelares para dez. E

essa pauta que diz respeito a famílias acolhedoras, que tem o importante destaque de tirar uma criança que está ali em uma situação de vulnerabilidade, muitas vezes, entrando lá no plantão do Conselho Tutelar e não tem para onde levá-la, e outras situações das mais diversas. Aqui na cidade de Porto Alegre, realmente, o papel ativo, eficiente, de zelo do Programa Família Acolhedora é algo extremamente relevante. De sorte, não preciso ocupar os meus cinco minutos para parabenizar o Executivo e todos os presentes aqui por essa brilhante iniciativa, esse brilhante projeto de lei que, com certeza, na tarde desse dia iremos aprovar.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Em votação a Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 014/18. (Pausa.) O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, após o depoimento de alguns vereadores desta Casa que já tiveram a felicidade de ser membro do Conselho Tutelar, Ver. José Freitas, o senhor teve essa oportunidade juntamente com o Ver. Elizandro Sabino, após ouvir o depoimento do Ver. Moisés Barboza, acho que estamos aptos a votar o projeto, no seu conteúdo. E, a pedido de vários membros desta Casa, eu acho que os colegas deveriam retirar suas emendas. Cabe ao vereador apresentar emendas, é um direito que temos, mas esse projeto foi feito a várias mãos de pessoas da área, principalmente no Ministério Público da Criança e do Adolescente, nos Conselhos Tutelares e com os profissionais da FASC que trabalham diariamente com essa questão. Eu acho que misturar a questão técnica com a questão política, a vontade que possamos ter de alguma coisa, como agentes políticos, eu acho que só vamos atrapalhar o que foi feito pelos técnicos que aqui estão. Então, encaminho em nome do meu partido para – mesmo a emenda destacada e demais emendas –, fazendo coro aos que me antecederam aqui, para rejeitarmos as emendas e aprovarmos, na íntegra, esse projeto que foi feito por vocês, feito por pessoas que lidam com a questão da criança e do adolescente. A gente sabe da necessidade que essas crianças têm de passar um fim de semana, de passar um período, de passar algumas datas em lares, junto com famílias. E eu acredito que nenhuma pessoa que lide com a criança e

com o adolescente na cidade de Porto Alegre não irá zelar pelo bem estar e pelo direito dessas crianças. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 014/18.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, realmente temos uma excelente notícia com este projeto, que pode minorar o sofrimento de muitas pessoas. No entanto, esta emenda colocada pelo Ver. Roberto Robaina prejudica muito este projeto, porque ele quer retirar justamente a possibilidade de ter uma parceria com organizações da sociedade civil. Ora, por favor, nós sabemos que o Município não tem as condições financeiras de fazer tudo, e essa possibilidade colocada no parágrafo único e no art. 9º de fazer essa parceria com a sociedade civil é uma grande oportunidade.

Vejam, senhoras e senhores, que nós temos várias entidades que já prestam um serviço social extremamente importante, meu amigo Joel: a Caritas, o Asilo Padre Cacique, que agora quer fazer um anexo justamente para acolher famílias de idosos, por enquanto durante o dia, não em regime integral, mas já é um avanço; a Santa Casa, que já tem uma acolhida para os familiares dos pacientes carentes. Vejam que é fácil estender um pouco mais, Temos a LBA, a AACD, a Casa do Menino Jesus de Praga, o Pão dos Pobres e agora eu estava falando com o Ver. Valter Nagelstein que eu sei que os israelitas têm um atendimento muito bom para as pessoas carentes. Ele me disse vários nomes e eu apenas anotei dois: Damas da Caridade e Filhas da Aliança.

Então, senhoras e senhores, eu quero encaminhar pelo meu partido, o Partido Progressista, pela rejeição desta Emenda. Muito obrigado, senhoras e senhores.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 014/18, como autor.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde, Vereador-Presidente Valter, vereadores e vereadoras. O Ver. Cecchim comentava que seria importante que esse projeto fosse votado por unanimidade, e nós acreditamos que sim, pois o projeto é um bom projeto. Portanto votaremos no projeto da família acolhedora, mas queremos debater e qualificar o debate, porque temos uma preocupação, e fizemos uma emenda refletindo essa necessidade, que é a de fortalecer a nossa instituição municipal, cuja finalidade é a assistência social. E nós, infelizmente, temos tido, ao longo dos últimos anos e que se acelerou nos últimos dois anos, um processo de desmonte da FASC. É muito grave que a FASC seja desmontada. E, na medida em que nós tenhamos programas importantes, programas que sirvam para a Cidade, que não tenham a FASC como carro chefe, mas que, na verdade, tenha um processo de alienação da sua responsabilidade, quando passa um terceiro setor a responsabilidade do programa Família Acolhedora, nós estamos avalizando a continuidade deste desmonte. A FASC não teve um desmonte qualquer ao longo desses últimos dois anos, pois, não só tem funcionários, trabalhadores que foram aprovados em concurso e que ainda não foram chamados, como também sofreu, ao longo desses dois últimos anos, denúncias de corrupção no seu interior que ainda não foram averiguadas. Nós tivemos um diretor da FASC que se demitiu, o Solimar, alegando dificuldades de trabalho para enfrentar, no interior das relações da FASC, as ameaças. É disso que nós estamos falando. Então, se pode fazer de conta que nada disso existiu, que a FASC está defendida, preservada, valorizada, e nós faremos mais um programa. Agora, para poder ser melhor terá a parceria do chamado terceiro setor. Não é essa a realidade. A realidade é que a FASC está sendo desmontada, sendo que no interior da FASC nós tivemos denúncias de corrupção pesada de um diretor qualificado como o Sr. Solimar, qualificado, um diretor que, quando foi nomeado pelo prefeito Marchezan, foi elogiado, inclusive por nós da oposição. Esse diretor não ficou sequer um ano na diretoria da FASC, pediu demissão, segue trabalhando no terceiro setor, segue trabalhando com a assistência social, mas deixou claro que não tinha condições de trabalhar na assistência social na FASC, pelas ameaças que ele recebia. E nada disso a Câmara de Vereadores discutiu com a seriedade que deve discutir. Caso de polícia! Não é só caso de política. Como no Brasil a política e a polícia estão cada vez mais misturados, não é incomum que ocorra isso aqui. Então, a emenda é muito simples, ela defende o projeto; o parágrafo único do art. 8º define que o programa poderá ser

executado por uma organização da sociedade civil que atue na área da assistência social, e para que essa organização, no caso, junto com a FASC, compete selecionar, cadastrar, capacitar as famílias que serão habilitadas, receber a criança ou adolescente na sede do serviço, após a aplicação das medidas de proteção pelos órgãos competentes. Enfim, todo o programa, ao invés de ser executado pela FASC, é executado por uma outra entidade. A nossa emenda defende que a FASC seja a executora desse programa. A FASC, portanto, é que deve ser protegida e qualificada para melhor atender, porque se nós continuarmos com o desmonte da FASC, a situação da assistência social em Porto Alegre vai piorar... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Para concluir, Presidente, a situação está ruim e pode ficar pior se a FASC não for defendida. Defender a FASC é defender as crianças e defender a assistência social. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 014/18.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (MDB): Obrigado, Presidente Valter. Acho que aqui há um equívoco por parte dos colegas Ver. Robaina, Ver.^a Fernanda e Ver. Alex, do PSOL, quando dizem que aqui estão desmontando a FASC. Ao contrário, aqui nós estamos, de certa forma, prestigiando a FASC, deixando os funcionários executarem a multiplicidade de atividades que tem. Estamos dando a chance para que essas crianças e adolescentes que estão em casas-abrigos, tratadas como um todo, tenham um tratamento, tenham todos os seus direitos trabalhados com individualidade. Infelizmente, nesta Casa Legislativa, a cada dia que passa, vemos interesses pessoais, interesses partidários de ideologias da vanguarda do atraso. Estamos falando de um projeto que foi construído em parceria; não foi só o Executivo, através da FASC, que inventou esse projeto. Esse projeto foi feito a várias mãos: a OAB, que está aqui presente com o Dr. Kremer, que é sempre um parceiro desta Casa; o Judiciário, o Ministério Público, mas parece que alguns vereadores estão esquecendo essas outras instituições importantes e que querem sim a proteção da criança e do adolescente. Essas instituições estão presentes nesse projeto imperioso, para que tenhamos crianças e adolescentes

efetivamente protegidos. Enquanto a maioria dos vereadores está procurando soluções para problemas, a bancada do PSOL vem aqui tentar desvirtuar totalmente o projeto. Se essa emenda for aprovada, o projeto está rasgado, não existe projeto mais. Nós temos que ter a capacidade, senhores, de sermos maiores do que partidos políticos. O que os porto-alegrenses esperam de nós são atitudes grandiosas, que, apesar de virem do partido A, B ou do Executivo, se é um projeto que beneficia crianças e adolescentes, como neste caso, que estão em situação de risco, em situação de abuso, em situação de negligência, nós temos que compactuar para que isso aconteça da melhor forma possível. Eu fico pasma de ver que vaidades pessoais acabam sendo repassadas nesta tribuna. Enquanto nós temos que legislar para o todo, queremos ainda continuar legislando em causa própria. Isso não é mais possível. Gostaria muito de que os porto-alegrenses, os eleitores que aqui colocaram certos vereadores pudessem acompanhar o que acontece aqui dentro, porque o que nós estamos discutindo hoje não é para mim, não é para o Ver. Robaina, não é para a FASC, não é para a OAB, não é para o Ministério Público, não é para o Poder Judiciário, é para crianças e adolescentes de carne e osso que estão precisando de proteção. A FASC está pedindo que isso aconteça através do Família Acolhedora. Quem são os técnicos que fizeram esse projeto? A própria FASC está pedindo para nós: "Aprovem, porque isso vai ser melhor para a população e vai ser melhor para as crianças e os adolescentes". Então, Srs. Vereadores, eu espero que tenhamos maturidade política para ultrapassarmos as nossas ideologias e para que, efetivamente, digamos "sim" para crianças e adolescentes que estão precisando de proteção. Eu quero parabenizar a FASC, a OAB, o Ministério Público e o Poder Judiciário por estarem unidos por uma causa tão nobre. Tenham em mim um "sim" para o projeto, e um "não" para esta emenda, que desvirtua o projeto. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Obrigado, Ver.^a Nádia. O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 014/18.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; nós entendemos que esta matéria já foi amplamente discutida e que pode

ser votada com a maior brevidade possível. Merece uma aprovação. Falou o Ver. Freitas que, atendendo a um apelo que recebeu de uma das pessoas que trabalharam na formação deste projeto, ele se comprometia a votar a favor do projeto sem emendas. Eu, na ocasião, já me manifestei solidário com ele, porque acho que esta emenda que nós estamos discutindo retira do projeto o que ele tem de melhor, o que mais o credencia, que é a abertura para a sociedade civil, que é a predisposição de formar parceria com organismos, como a Aldeia SOS, e várias outras que atuam há mais tempo nesse particular em Porto Alegre cuja experiência não pode ser desperdiçada. Embora a lei diga que poderá fazer e o fará, evidentemente, se houver interesse da entidade e conveniência para a administração municipal, eu digo que essa emenda que engessa, nesse particular, porque diz que obrigatoriamente tem que ser diretamente pela FASC, não podendo formar parceria privada, compromete o projeto na sua essência, compromete naquilo que ele tem de melhor. Por conseguinte, impõe que nós, que entendemos que o trabalho deve ser realizado num conjunto, num esforço – poder público, sociedade civil, entidades religiosas, todos aqueles que têm preocupação com esse assunto –, não temos outra posição a tomar, senão ficar contrário a essa emenda.

Com o maior respeito aos seus autores, eu venho, como líder do Democrata, dizer que, nesse particular, há uma unidade de pensamento por parte da nossa bancada: somos contrários à emenda e assim haveremos de votar. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Obrigado, Ver. Pujol. O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 014/18.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores; eu, sinceramente, nem pensava em vir encaminhar a votação desta emenda, mas fui instigado pela fala um tanto quanto depreciativa da Ver.^a Comandante Nádia, e acho que ela merece uma resposta. Como a vereadora está prestando bastante atenção em todos os debates que nós estamos fazendo na tarde de hoje... Não, ela não está prestando atenção, deve ter se retirado do plenário. (Pausa.) Está lá, muito obrigado. A Ver.^a Fernanda foi proponente de um projeto de lei sobre Família Acolhedora, quando a

senhora diz que todos estão buscando solucionar problemas para as crianças, a bancada do PSOL estava trabalhando nisso. Somos favoráveis e propusemos um projeto Família Acolhedora nesta Casa Legislativa. Então, a senhora não desvirtue os debates que acontecem aqui, porque, enquanto nós visitávamos abrigos, nos apropriávamos da situação do município de Porto Alegre – a Ver.^a Fernanda, em 2015, foi presidente da CEDECONDH e realizou um trabalho primoroso, exemplar –, eu não sei onde a senhora estava; preocupada com o tema, provavelmente, não, porque não visitou as reuniões da comissão, quando nós debatíamos esses assuntos. Portanto, Ver.^a Comandante Nádia, não venha aqui destilar o seu ódio com relação a pessoas que têm um pensamento diferente da senhora. Nós não nos pautamos única e exclusivamente pelos nossos interesses pessoais, nós estamos preocupados com as crianças. Sabemos que, assim como existem organizações sérias, OSCIPs que fazem o seu trabalho de forma exemplar, existem também entidades que são do mal, que pensam nos seus próprios interesses, principalmente, econômicos, portanto, precisam ser aferidas, precisam ser averiguadas e precisam, acima de tudo, ser fiscalizadas pelo poder público. Nós não abrimos mão da responsabilidade alienável do Poder Executivo, da sua tarefa de fiscalizar a prestação de serviço público, principalmente, para as nossas crianças. A conceder à iniciativa privada a possibilidade de atuar dentro desse campo nós somos favoráveis. Agora, precisam ser fiscalizados, porque os interesses das nossas crianças e adolescentes devem ser colocados acima de tudo, e o poder público, sim, tem a obrigação inalienável de zelar pela integridade física, moral e intelectual dessas crianças. Vamos votar favoravelmente ao projeto da Família Acolhedora, porque temos entendimento de que isso é bom para a nossa Cidade. Mas não aceitamos, em hipótese alguma, que o órgão fiscalizador seja a própria prestadora do serviço. Isso nós não aceitamos, não aceitamos! Nós defendemos que a FASC gerencie esses contratos, fiscalize os contratos, fiscalize a prestação de serviço e zele pela integridade física das nossas crianças e jovens. Foi isso que motivou a assinatura dessa emenda. Portanto, Ver.^a Comandante Nádia, preste mais atenção no que está sendo debatido e não faça esse discurso raso, fácil, como vem sendo a política do nosso País há muito tempo e de que todos se queixam. Um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 014/18.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; público que nos assiste nas galerias, pela TVCâmara, senhoras e senhores; venho a esta tribuna para fazer um registro, Ver.^a Melchionna: nos parece que esse projeto foi construído a quatro, seis, oito mãos, e existe uma contrariedade com respeito à iniciativa desta emenda. Queremos ver se é possível tentar construir alguma subemenda, ou fazer alguma gestão, porque nos parece que aqueles que auxiliaram na construção do projeto de lei não estão de acordo com a emenda, com a observação da vereadora. Esse é um projeto muito importante, pois ele diz respeito a temas relevantes, como a adoção, a família acolhedora, toda essa pauta que está na agenda positiva da compreensão da sociedade com relação a esse assunto em tempos difíceis. Já foram apontados aqui dados relativos às crianças de mais idade, que têm muita dificuldade de conseguir adoção. Temos que ver de que maneira a gente pode construir alguma alternativa, porque, do contrário, nosso encaminhamento vai ser de votar contrário à emenda. Então, muito fraternalmente, no sentido de quem quer construir – como já foi dito aqui por outros vereadores, acho que deveria ser um projeto aprovado por unanimidade –, que nós pudéssemos tentar conversar com os atores aqui presentes que estão com disposição para debater essa pauta, e ver de que maneira é possível, ou não, a gente fazer uma gestão de construção de alguma coisa que possa contemplar essa iniciativa. Caso contrário, nós estaremos acompanhando aqueles que fizeram o trabalho da construção, do projeto, enfim, e que estão com o entendimento contrário à iniciativa da vereadora. Pela atenção, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Obrigado, Ver. Bins Ely. O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 014/18.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Caro Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; senhoras e senhores; eu nem ia conversar sobre o tema até pela importância

do mesmo, porque vamos votar favorável, o Ver. Paulinho Motorista e eu. Desde que o projeto chegou na Câmara, sempre ouvi comentários de todos os vereadores, de todas as bancadas elogiando o projeto, até por nós sabemos é um projeto que foi construído por entidades e pessoas com profundo conhecimento do tema. Por isso que eu já não viria aqui, até por termos uma necessidade de agilização. Como nós temos uma emenda a votar, essa emenda tem contrariedade e não é mais possível fazer uma subemenda, nós vamos votar contra a emenda e favorável ao projeto. É o melhor caminho, ou o único. Estamos aí para cumprimentar vocês pelo belo trabalho feito e, antes de mais nada, dar um beijo carinhoso, amigo e de Papai Noel em todas as crianças, essencialmente, às mais necessitadas do nosso Município. Um abraço e obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Obrigado, Ver. Ferronato. A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 014/18, como autora.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Primeiro, quero responder ao Ver. Márcio Bins Ely que nós sempre tivemos disposição de dialogar, e a nossa ideia é sempre qualificar o debate sobre um tema tão importante, que – desculpe, Ver.^a Nádia – nós conhecemos muito bem. Eu não sei quantos abrigos a senhora conhece, mas eu conheço muitos em Porto Alegre. Quando fui presidente da sua comissão, certamente atuamos bastante na proteção das crianças e dos adolescentes. Acho de uma gravidade tão grande, mas tão grande que se tente tapar o sol com a peneira e enxergar uma divergência sobre quem tem que ser o gestor dum projeto tão importante como uma heresia, quando nós estamos num parlamento municipal, quando nós temos bancadas e temos construções políticas anteriores, não por um problema partidário, por um problema, inclusive, de conhecimento do problema. Porque é verdade, eu conheço o trabalho, falava com a Vera, do CPCA e sempre elogiei o trabalho do CPCA, como também conheço o trabalho da Mitra, que foi um horror no Quero-Quero e no João de Barro, fazendo um verdadeiro desastre com as crianças, Ver.^a Nádia, um desastre. Adolescentes de 11 anos, com dinheiro público financiando duas casas, vivendo em condições desumanas, sem o mínimo de qualidade para poder entrar e garantir a convivência dos vínculos, vivendo,

pág. 43

inclusive, crianças e adolescentes fora da escola. E saibam o que acontecia com o aluguel da casa: era superfaturado! Por quem? Por uma quadrilha que estava na FASC naquele momento, isso precisa ser dito! Existem contratos e contratos, e a fiscalização ser da FASC, do poder público ajuda os contratos a serem corretos e, sobretudo, faz com que preservem a vida dessas crianças. O Ver. Roberto Robaina falou sobre o caso do Solimar! Imaginem vocês, foi presidente da FASC, ameaçado de morte. Não era do meu partido, era do terceiro setor! Todos nós nos preocupamos com a vida do Solimar e com as ameaças que estava sofrendo dessa quadrilha que esteve lá, inclusive, durante o governo do partido da Ver.^a Comandante Nádia! Eu nunca vi ela falar da preocupação com os milhões que foram roubados dos cofres públicos, que poderiam preservar a vida da criança e do adolescente, e de verdadeiras quadrilhas que comandaram esses recursos.

(Aparte antirregimental.)

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): O superfaturamento foi da quadrilha da FASC, não da Mitra. A Mitra era com relação à desumanidade com que eram tratadas aquelas crianças, e a falta de gestão em muitos abrigos, faltando técnicos, faltando assistentes sociais. Não tinha um computador para os adolescentes nesses abrigos que seriam para adolescentes numa situação já tão delicada. Mais da metade das crianças estava fora da escola, com dinheiro público! Nós cobramos da FASC naquele momento, porque a gestão tinha que ser da FASC, para garantir que o dinheiro público fosse bem usado, para garantir que não houvesse abuso àquelas crianças que já foram vítimas em casa e estavam sendo vítimas do estado, da falência do estado. Teve uma atuação muito boa do Ministério Público nas recomendações, no relatório, porque nós reconhecemos o trabalho dos outros órgãos. Eu estive junto com o Poder Judiciário nas audiências de custódia, comandadas pela Dra. Sonáli. Elogiei, nesta tribuna, o parecer da Dra. Cinara, que trouxe aqui que 42 dos 43 abrigos tinham problemas estruturais. Agora não digam que um vereador não pode debater, não digam que um vereador não pode fazer emenda, para garantir a qualificação pública e o controle do reordenamento do Sistema Único de Assistência Social que este governo não implementa; não digam que faltou diálogo da nossa parte, porque, inclusive, na audiência citada pelo Ver. Moisés, o Ver. Alex trouxe o

nosso projeto de lei para tentar compatibilizar. Eu entreguei para os secretários, mas, infelizmente, não tivemos diálogo com o governo, o que não nos faz não reconhecer que a ideia do projeto é boa, terá nosso voto favorável. Mas queremos arrumar, sim, dando esse protagonismo para a FASC garantir o conjunto da capacitação, do controle, da pesquisa, da atuação junto às famílias, garantir que os contratos firmados sejam contratos com interesse público em primeiro lugar. Isso reconhecendo muitos trabalhos que foram feitos, mas também reconhecendo os malfeitos pela gestão passada da FASC, com esses milhões de reais que foram para os ralos da corrupção e não estavam garantindo os direitos da criança e do adolescente.

Eu nem pretendia encaminhar, mas lamento profundamente que tenha vereador dizendo que vereador não pode debater... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...discutir o futuro de projetos tão importantes. Com toda tranquilidade de quem conhece os abrigos, de quem conhece as casas-lares, de quem conhece toda essa rede e a importância de ter mais varas especializadas para garantir celeridade, toda a importância dessa unidade do Poder Judiciário, do Ministério Público, da OAB, para que o estado avançasse no Programa Família Acolhedora e, agora, o Município também, trazemos contribuições. Inclusive nós vamos fazer uma recomendação com relação às crianças com deficiência, mas isso vai ser por indicação. Ao mesmo tempo, antes de concluir, nestes 17 segundos que me faltam, eu queria dizer que, se a Ver.^a Nádia está tão preocupada, eu gostaria da assinatura dela na CPI da FASC, que eu nunca vi. Parece que, quando a corrupção é daqueles que são aliados, o silêncio impera; quando uma emenda propositiva aparece, tem que atacar quem defende... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Obrigado, vereadora. A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 014/18, pelo governo.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (MDB): Obrigada, Presidente. Eu subo aqui novamente, porque eu me sinto extremamente legitimada, Ver.^a Fernanda, porque, enquanto a senhora estava com os seus 19 anos, talvez, no DCE, eu já estava à frente da

Brigada Militar fazendo o meu trabalho, recolhendo crianças que eram abusadas, fazendo a proteção da sociedade gaúcha e também estava prendendo criminosos. Então, por certo, a senhora, nessa época, não saberia realmente onde eu estava.

Eu quero deixar bem claro, porque o projeto não tem dúvida alguma. O projeto é muito claro, basta que leia, basta ler o projeto! Tem gente que, às vezes, lendo não basta, então, a gente tem que desenhar, mas aqui eu vou fazer com mais tranquilidade. O art. 8º fala sobre a execução do programa: “O Programa Família Acolhedora será executado em parceria com o Poder Judiciário e o Ministério Público”. O que significa isso? Que a FASC vai executar o programa em parceria! Aqui cabe também interpretação de texto, muitas vezes fica difícil para algumas pessoas. Continuando: o art. 18 fala sobre a responsabilidade do Município. Quem é esse município responsável? A FASC! A FASC tem a responsabilidade de selecionar e capacitar as famílias habilitadas. A FASC tem a responsabilidade de encaminhar, para a família acolhedora, a criança e o adolescente, após aplicação da medida de proteção pelo Poder Judiciário. É de responsabilidade da FASC acompanhar e fiscalizar o acolhimento na família acolhedora. Continua a FASC com a responsabilidade de acompanhar, sistematicamente, a família acolhedora através da equipe multiprofissional. Continua a FASC tendo que atender e acompanhar a família de origem, visando à reintegração familiar ou o encaminhamento para família substituta; garantir que a família de origem mantenha vínculos com a criança ou com o adolescente; coordenar o processo de prestação de contas da família acolhedora; autorizar ou glosar pagamentos para a família acolhedora; providenciar o encaminhamento das famílias de origem e acolhedora aos serviços públicos municipais, quando necessário; garantir o acesso das crianças e adolescentes acolhidos aos serviços públicos; monitorar a execução do programa, realizando avaliações e relatórios periódicos; instituir, através da equipe multiprofissional, plano individual e familiar de atendimento com cada família e crianças e adolescentes acolhidos. Então, Ver.^a Fernanda Melchionna, não sei em que parte a senhora parou do projeto, mas o projeto é bem claro: a FASC tem a obrigação de cuidar do projeto, tem a obrigação de executar o projeto, tem a responsabilidade de cuidar de todo o projeto. Não desvirtue, vereadora! Acho que ficou um bate-boca aqui. Pelo jeito, a Ver.^a Fernanda, o Ver. Robaina e o Ver. Alex gostam muito de me ver na tribuna. Quando eu falo as verdades, as pessoas não querem ouvir, e aí ficam atacando por outros lados. Continuando: fiscaliza o programa, art. 32. Peguem o projeto e leiam (Lê):

“Art. 32. Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao Conselho Municipal de Assistência Social e ao Conselho Tutelar, além dos órgãos de fiscalização externa, acompanhar e fiscalizar a regularidade do programa”. Então, não venha, Ver.^a Fernanda, querer fazer mídia aqui em cima, querer criar polêmica que não existe. O projeto é claro, eu conheço vários abrigos que, por certo, a senhora conhece de outras formas. Eu conheço este projeto, tenho total liberdade de dizer que ele está muito bem cuidado com o Ministério Público, com o Poder Judiciário, com a OAB e a com FASC. Vamos parar de mimimi aqui em cima, vamos parar de dizer “não” ao que não é nosso. Hoje eu ouvi o Ver. Maroni também falando sobre... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) ...sobre a Rua Marielle Franco, que ele nomeou, e que o PSOL, novamente, veio aqui dizer que não estava bom. Ou seja, parece coisa de criança mimada, que, quando perde o jogo, pega a sua bolinha, sai e não quer que mais ninguém jogue. Se não é meu o projeto, não vale para ninguém. Gente, vamos ter maturidade. E novamente, Ver.^a Fernanda, quando a senhora e o Ver. Alex perguntam onde eu estava enquanto os senhores estavam aqui como vereadores, eu estava fazendo a proteção da população gaúcha, estava fazendo a prisão de vários criminosos e atendendo crianças e adolescentes que, por certo, na sua fala, é só de fala, não tem ato nenhum na concretização de proteção da criança e do adolescente. Vamos aprovar o projeto e rejeitar essa emenda, que novamente eu vou dizer: desvirtua o projeto. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 014/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 7 votos **SIM**; 23 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o PLE nº 014/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 32 **SIM**.

Vereador Marcelo Sgarbossa (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à votação do Requerimento nº 097/18, em substituição ao PLL nº 281/15. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Em votação o Requerimento do Ver. Marcelo Sgarbossa. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento nº 097/18. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Mauro Pinheiro (REDE) (Requerimento): Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLE nº 016/18. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLE nº 016/18. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores; este projeto é para abertura de uma linha de financiamento para a construção de uma estação de tratamento de água para abastecer o Extremo-Sul da Cidade. Esse foi um dos projetos discutido nas reuniões conjuntas das comissões. Aqui nós fizemos um debate a respeito da necessidade que a Cidade tem da implementação de um sistema de maior porte, mais potente, para tratar a água que abastece Belém Novo, Lami, Restinga, Hípica, os bairros do Extremo-Sul, inclusive, a Lomba do Pinheiro. A Lomba do Pinheiro tem a água que, justamente, é disponibilizada a partir da unidade de tratamento de água do bairro Belém Novo. Há necessidade da implementação dessa obra, desse equipamento público. Mas, Ver. Mauro Pinheiro, eu deixo um alerta para esta Casa Legislativa de que a Prefeitura tem perdido prazos. Todos estão cientes, e nós vimos na fala do Ver. Aldacir Oliboni, no início desta sessão, de que a Prefeitura perdeu R\$ 150 milhões a fundo perdido para obras de drenagem. Nós não podemos aceitar que todo esse trâmite, que todas essas articulações, que todos esses esforços conjuntos que a Câmara de Vereadores

implementou para viabilizar ações como esta sejam jogados no lixo. Vou repetir: sejam jogados no lixo. Porque a não apresentação de projetos em tempo hábil, a falta de articulação, licenças e tudo mais inviabiliza a implementação de obras que são importantes para a nossa população. A Prefeitura tem demonstrado irresponsabilidade no tratamento destas questões. Portanto, esta Casa Legislativa, com a sua função, com a sua atribuição de fiscalizar os atos do Executivo, tem também a obrigação, justamente, de enfrentar esses problemas. A Prefeitura arruma encrenca onde não precisaria. Não consegue entregar documentos, não faz o seu trabalho. A reforma administrativa proposta pela Prefeitura não deu certo, não está dando certo, muitos vereadores avisaram que isso seria uma fonte enorme de problemas. Uma proposta de reestruturação grande, que se demonstrou ineficiente, agora dá as caras. Nós temos um projeto em tramitação em que o DMAE absorve o que antes era feito pelo Departamento de Esgotos Pluviais – DEP. Eis que a falta do DEP foi, na minha modesta opinião, um dos fatores que acabou com os R\$ 150 milhões destinados às obras nessa área. Agora a Prefeitura propõe e está defendendo com unhas e dentes a terceirização dos serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário. Colocando o DEP, o esgoto pluvial para dentro do balaio, sai tudo numa fatura só. Nós não aceitamos que a irresponsabilidade seja pauta das políticas públicas nesta Cidade. Por isso, desde o primeiro dia desta gestão, nos manifestamos como oposição: oposição a este projeto de governo que perde prazos, que perde dinheiro a fundo perdido e que demora para oferecer o que a população tanto tem necessidade como, por exemplo, um tratamento de água para o Extremo-Sul desta Cidade. A Lomba do Pinheiro provavelmente vai amargar mais um verão com restrição de água, mas a agilidade nos processos da Prefeitura não tem tanta agilidade assim... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Agradeço a atenção de todos, em especial, do Ver. João Carlos Nedel, que ouviu minha fala atentamente e, provavelmente, fez isso porque tem tanta preocupação quanto eu com relação à irresponsabilidade do Poder Executivo atual. Não gostamos dessa perda de prazos, não gostamos dessa morosidade na administração pública, e o Ver. João Carlos Nedel, provavelmente, vai falar sobre o tema. Um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Obrigado, Prof. Alex. Antes de passar a palavra ao Ver. João Carlos Nedel, quero fazer um registro, como Presidente desta Casa até a semana que vem, como alguém que está à frente do Parlamento: nós temos 32 mil servidores públicos em Porto Alegre. Eu fico horrorizado quando eu leio no jornal uma notícia de que nós perdemos R\$ 150 milhões de recurso a fundo perdido. Eu vejo aqui vários culparem o Prefeito. Eu não tenho delegação, nem procuração e não devo defendê-lo, porque acho que o chefe da administração tem que estar atento, mas pergunto: onde é que estão os 32 mil servidores? Será que essa responsabilidade não é de todos? É de todos. Não adianta dizer que desmontou o DEP, que desmontou o DMAE, mas vem cá, não tem servidor que tem que ficar responsável por isso? Como é que pode, numa realidade como a nossa, todos lavarem as mãos, dizerem que não têm responsabilidade, e a Cidade perder R\$ 150 milhões? Então, me perdoem, meus caros colegas, mas a responsabilidade é de todos, que deveriam ter o dever juramentado de responder por essas questões. Por uma razão ou por outra, seja o prefeito, sejam os servidores, descuidaram dessas questões, e quem perde é a cidade de Porto Alegre!

O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 016/18.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Sr. Presidente, eu não entendi: nós estamos votando um projeto que vai possibilitar que sejam superadas essas dificuldades da água, e estamos aqui gastando o tempo com encaminhamentos. Eu só quero dizer o seguinte: nós temos ainda 28 projetos a serem votados em dois dias, senhoras e senhores. Sr. Presidente, acho que temos que ser efetivamente responsáveis e ganhar tempo ao invés de perder tempo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Obrigado, Ver. Nedel. Srs. Vereadores, a propósito disso, eu quero advertir a todos que, quarta-feira, a nossa sessão será pela manhã, das 9h até o horário regimental. Quero pedir a todos pontualidade, porque houve um acordo entre as lideranças de nós não fazermos, em homenagem aos que se elegeram, sessão à tarde. Eu pediria que os vereadores estivessem aqui às 9h, lembrando que não há segunda chamada em sessão extraordinária.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 016/18.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Encaminho porque é fundamental, Ver. Nedel, que nós busquemos recursos do governo federal; no caso, recursos que o DMAE preparou – os competentes técnicos do DMAE – a partir do Plano Municipal de Saneamento Básico. Esse projeto da Ponta do Arado é, portanto, resultado da qualidade e da capacidade que nós temos, no nosso órgão, o Departamento Municipal de Água e Esgotos, de pensar o saneamento na Cidade, de projetar o saneamento na Cidade, de fiscalizar e contratar projetos. É isso que nós temos que elogiar aqui ao aprovar um novo financiamento, e não criticar funcionários públicos, que não são 30 mil, Presidente, são 14 mil funcionários na ativa. Hoje tem mais funcionários inativos do que ativos por não haver nomeação. Presidente, inclusive, informo que o Ministério Público de Contas solicitou inspeção especial no DMAE por falta de nomeação, por o DMAE estar com 2 mil cargos vagos. Dois mil cargos vagos! Por o DMAE estar sem autonomia para nomear, sem autonomia para realizar as licitações. Eu vou repetir e me tornar cansativa: o DMAE está em perigo, o Ministério Público de Contas está entendendo isso, e o governo não autoriza as nomeações.

Nós, nesta Casa, votamos, no dia 6 de dezembro, portanto, há 15 dias, autorização para o 13º a toque de caixa e sem discussão inclusive, para contratar no Bannisul. Ver. Pujol, até agora o Município não encaminhou! Os municipais, hoje, dia 17 de dezembro, não sabem o que tem que fazer e se vão poder retirar, no Bannisul, empréstimo para ter 13º. Cadê a competência do governo municipal? Nós aprovamos aqui, inclusive, num acordo e aprovamos sem emenda. Fizemos um apelo para o governo tratar de quem está inadimplente, para não ser duplamente penalizado. Nós estamos vendo nos jornais que o Bannisul está descontando 25% do funcionalismo estadual que está inadimplente. Isso é uma vergonha! Penalizar o servidor estadual, que já está com uma folha e meia atrasada, que está com problemas financeiros gravíssimos, que está numa pobreza, numa miserabilidade. Um banco lucrativo, que, vergonhosamente, desconta do funcionário! Vergonhosamente! O governador devia agir, devia atuar e defender os interesses dos servidores. Eu espero que o prefeito Marchezan o faça, porque está se entregando o 13º, direito do funcionário e da sua família, ao sistema financeiro. Pelo menos, proteja o servidor! Ele não encaminhou sequer a forma de buscar o 13º! Então, nós vamos aprovar

aqui, sim, o financiamento que o DMAE foi buscar com a sua competência técnica, um órgão que está ameaçado pela incompetência deste governo! Incompetência sim! Um ano e meio que o DEP foi desestruturado, e nós estamos dando acordo, Ver. Mauro, para votar, agora, a autorização para o DMAE receber as funções do DEP. Só que esse passivo, o governo vai ter que responder: como perdeu R\$ 150 milhões? Onde estão os R\$ 52 milhões do DMAE, que foram para o caixa único em nome da tarifa 3, que é a tarifa compartilhada DEP/DMAE? Terá que responder, e é o governo que tem que responder, é o gestor que tem que responder, porque o nosso funcionário público está massacrado, está com o salário congelado, parcelado, desrespeitado, sem chefia, com troca de secretários. Jamais ele poderá ser responsabilizado pela hecatombe e pela incompetência do governo Marchezan e do conjunto dos seus secretários. Eu quero saber se, com tudo o que nós aprovamos aqui, pelo menos com isso, ele consegue fazer alguma gestão que se preze para proteger a nossa Cidade.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (MDB): Obrigado, vereadora. Só por esclarecimento e dever, Ver.^a Sofia, a senhora não é advogada, não tem obrigação de saber, mas toda denúncia que for feita ao Ministério Público, ele tem o dever de ofício de apurar. Se alguém provocar o Ministério Público, é natural que faça uma inspeção extraordinária, exatamente para verificar o teor. Não tem, a partir daí, presunção nenhuma, simplesmente uma averiguação, que é o dever do órgão ministerial.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o PLE nº 016/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 29 votos **SIM**; 1 voto **NÃO**.

(A Ver.^a Mônica Leal reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Apregoo a Subemenda nº 01, de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon, à Emenda nº 03 ao PLE nº 012/18.

Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon, solicitando dispensa do envio da Subemenda nº 01 à Emenda nº 03 ao PLE nº 012/18 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Aprego e defiro o Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon, solicitando que seja votada em destaque a Subemenda nº 01 à Emenda nº 03 ao PLE nº 012/18.

Aprego a Emenda nº 02, de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon, líder da bancada da oposição, e do Ver. Aldacir Oliboni, líder da bancada do PT, ao PLCE nº 001/18.

Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 02 ao PLCE nº 001/18 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Aprego e defiro o Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 02 ao PLCE nº 001/18.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLE nº 012/18. (Pausa.) O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; este projeto tem a Emenda nº 01, que diz que as contratações previstas neste artigo vigorarão pelo prazo de 120 dias, a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogadas uma vez por mais 120 dias, desde que comprovada a necessidade nos termos do disposto no § 1 deste artigo. Ver. Bosco, acho que é difícil tu contratares um professor que se submeta a ficar contratado só por 120 dias. A proposição dá essa liberdade. Eu não acredito que alguém vá começar no início do ano com uma turma e ter que, três ou quatro meses depois, abandonar essa turma, que ficará sem professor mais uma vez. Quero salientar que essa emenda, no meu entendimento, não é positiva.

Por outro lado, a Emenda nº 02 diz que as vagas previstas serão preenchidas através de processo seletivo, considerando titulação exigida em lei para o exercício do cargo e experiência docente, com critério, pontuação, prazos a serem estabelecidos em edital a ser publicado. Ora, se nós vamos cumprir tudo isso, nós não vamos contratar professor no ano que vem, e vai continuar faltando professor em aula.

A Emenda nº 03 diz que fica alterado o artigo 1º e os §§ 1º e 2º, como segue: fica o Executivo Municipal e tal... respectivamente, na educação infantil, nos anos iniciais e finais do ensino fundamental. Vem cá, nós queremos aprovar, ou não queremos este projeto? Nós achamos que é uma falha lamentável do Executivo até o presente momento

não ter professor de matemática, professor de português. As escolas da Restinga estão há quatro meses sem professor. Eu acho que o Município falhou nesse particular, mas não vão ser dois erros que vão fazer um acerto. Se se está querendo, provisoriamente, contratar professor, diminuir toda a complexidade do processo para que, logo adiante, em fevereiro, a gente tenha preenchido as necessidades mais prementes, ora, eu acho que todas essas emendas não contribuem em nada nesse sentido.

O líder do governo reclamou, como eu estivesse procrastinando a votação. Não, eu estou esclarecendo por antemão. Eu repito, Ver. Freitas, a sua posição naquele outro projeto. Eu voto o projeto, não aprovo nenhuma das emendas e não discuto mais o assunto, porque não estou aqui para protelar coisa nenhuma, mas sim para sustentar posições que não precisam ser justificadas. Mas é bom que fique muito claro o que está se votando e por que está se votando ora a favor, ora contra. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLE nº 012/18.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-la, Ver.^a Mônica Leal, futura Presidente desta Casa; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; eu entendo que este projeto é bem simples, os vereadores que se elegeram deputados estaduais, como a Ver.^a Sofia, o Dr. Thiago, o Sabino, entre outros, vão debater lá, a cada ano, com uma renovação de mais de dez mil professores temporários. Portanto, Ver. José Freitas, sempre é renovável na Assembleia, porque não tem como suprir a necessidade, que é imediata devido às aposentadorias, e é aquela dificuldade de se fazer concurso público, embora eu seja a favor de concurso público. Este projeto é bem claro: ele contrata, por 365 dias, renovável por mais 365 dias. O regime é praticamente o mesmo: 20 horas, com os mesmos direitos, porque tu tens que ter. Isso é como, numa empresa, um banco de dados, um banco de talentos esperando. Nós sabemos que concurso público está muito diminuído e, além disso, demora muito, embora eu volte a dizer que sou a favor de concurso público, mas cada caso é um caso.

Agora, é melhor tu teres essa alternativa, e, neste tempo, propor um concurso público, do que não teres nada e faltar professores. Aí vem a crítica da oposição, e com razão, a

crítica de todos nós: faltam professores aqui e acolá. É um projeto bem simples, tem que ter anuência desta Casa no meu entender, porque nós estamos autorizando a Prefeitura a contratar temporariamente esses professores, para que não haja nenhum hiato, nenhuma dificuldade de termos professores ano que vem. Isso acontece muito no Estado, com toda aquela demanda. Tem que se ter uma reserva e dar anuência àqueles professores que são contratados. Os professores do Estado que são contratados temporariamente, eles já estão quase permanentemente lá, só estão em outro regime, não o daqueles que fizeram concurso público. Portanto, secretário de Educação, a Casa, neste momento, tenho certeza, dará um voto de confiança a V. Sa., para que faça um bom trabalho, porque com educação não dá para brincar. Tenho certeza absoluta de que nós vamos aprovar essa iniciativa do Executivo, porque entendemos ser necessária e muito importante para o município de Porto Alegre. Educação em primeiro lugar! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLE nº 012/18.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Presidenta Mônica Leal, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras; primeiro, é muito triste que cheguemos a uma situação de ter que avaliar, neste Legislativo, a possibilidade de contratação temporária e emergencial de professores e professoras na rede municipal de ensino. Secretário Adriano, essa situação é, de fato, na nossa história, excepcional. Aconteceu em 1989, com a secretária Esther Grossi, e aconteceu uma vez com a secretária Cleci Jurach, não lembro direito em que data. Em ambas as situações, os concursos estavam em andamento, foram temporários de verdade, no máximo, seis meses. Inclusive, na situação da Esther, foram nomeados os próprios concursados, provavelmente porque não tínhamos cargos disponíveis ou algo assim, não lembro exatamente.

Nós vínhamos acompanhando o tema da falta de professores e sabemos que não é vontade da Secretaria de Educação, que é uma deliberação do governo municipal a não reposição de professores, que é uma política do prefeito Marchezan fazer mais, em tese, entre aspas, com menos, Prof. Alex. Nós já tivemos várias alterações que têm feito com que a escola perca muito da sua riqueza curricular, na nossa avaliação. Perdemos horas

de projetos, houve um enxugamento nas horas de projeto; perdemos laboratórios de aprendizagem em várias escolas por falta de professores, temos muitos momentos em que a equipe pedagógica, a coordenadora pedagógica está em sala de aula, seja o diretor, o vice-diretor, a vice-diretora, o coordenador pedagógico, o supervisor pedagógico. Essa é uma realidade de dois anos em Porto Alegre. Tivemos três ações civis ajuizadas pela Dra. Danielle Bolzan, pelo Ministério Público, determinando nomeação de professores, determinando realização de concurso e determinando contrato temporário, porque se sabe que concurso não dá para fazer de uma hora para outra. É uma situação muito grave, chegou a fragilização, chegou o empobrecimento nas nossas escolas municipais, onde nos orgulhávamos de ter equipes com muita qualidade, com condição de planejar a escola, de realizar um excelente trabalho, rico e que oferecia e oferece, aos nossos estudantes, ensino de alta qualidade. Eu digo que é de alta qualidade, porque eu não aceito a mensuração apenas do IDEB. Se nós temos uma equipe que foi ao Canadá ser campeã de robótica, se nós temos uma Escola Villa Lobos, com música de alto nível; se nós temos um trabalho bárbaro na área da leitura, da escrita, com o Adote um Escritor, eu poderia citar inúmeras atividades diferenciadas da nossa rede municipal, como assisti, na Pepita de Leão, ao seu fechamento de arte e cultura no final deste ano, é porque essa rede sempre primou por não ter fragilização nas relações de trabalho, por ter equipe diretiva, por ter um quadro de pessoal que se antecipava, que era provido e com pouquíssima falta de professores. Infelizmente, não é o que nós estamos vivendo. Nós vimos, este ano, inúmeras situações de pais e mães de alunos e professores lutando pela nomeação de profissionais da educação. Pois bem, nós temos um concurso em andamento, um concurso que já começou tardiamente, temos um concurso que já tem a sua validade terminada em março deste ano, que é o concurso para áreas do conhecimento, para os anos finais do ensino fundamental e ensino médio, ainda não desencadeado; um concurso – este sim – em realização suspensa, neste momento, suspenso há um mês já. É um concurso que já chegou quase na etapa final, o que é um desrespeito aos professores e professoras que fizeram o certame, mas principalmente um desrespeito às nossas crianças que estão aguardando professor referência, que estão aguardando suprir lacunas. A nossa rede municipal vai dar aula até fevereiro deste ano, portanto, é tempo, sim, de prover as escolas, porque a greve e a rigidez dos dias de greve, secretário, de não poder recuperar aula aos sábados, está

fazendo com que as nossas crianças tenham que estudar em janeiro e fevereiro. E agora este projeto precisa ser melhorado, sim, Ver Pujol, porque, se é temporário, não pode ser por um ano, mais um ano. Isso... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o final do seu pronunciamento.) Contrato temporário, diz a nossa legislação municipal – eu me lembro do Dib zelando por isso, eu me lembro do Dib nos provocando por isso – é só até 120 dias. Então nós não queremos tornar permanente o que tem que ser temporário e que tem uma responsabilidade absoluta da gestão municipal nessa fragmentação, nessas lacunas que ficarão na vida das nossas crianças, neste ano, porque recém se toma alguma providência para prover professores. E essas providências, infelizmente, serão só para o ano vindouro. Então, é lamentável, e eu espero que possamos corrigir através das emendas. Gostaria muito que os vereadores se dedicassem a reduzir o tempo de contrato e vincular a concurso e nomeação de concursados. Assim talvez possamos encaminhar... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLE nº 012/18.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu só lastimo, Ver.^a Mônica, que nós estejamos hoje, no dia 17 de dezembro, discutindo este projeto com mensagem retificativa. Li com atenção, e na mensagem retificativa fica claro que a contratação de professores é por tempo determinado.

Eu acho que os governos deveriam se planejar melhor. A pergunta é a seguinte – espero que ninguém se ofenda: por que não se planejou com antecipação um concurso público? Houve falta de professores em muitos momentos nesses dois anos da gestão Nelson Marchezan Júnior; várias vezes. Eu mesmo demandei junto ao secretário Adriano, várias vezes, Mauro. Então, acho que o governo tem responsabilidade por não ter feito um concurso em tempo hábil. Hoje é possível fazer isso em tempo muito mais ágil, muito mais rápido. Nós temos instituições idôneas para fazer concurso, é só fazer um bom edital, não deixar brechas. Ver. Dr. Thiago, espero que V. Exa., assim como o Ver. Cassiá Carpes já alertou a todos nós aqui, também o Ver. Elizandro Sabino, a Ver.^a Sofia

pág. 57

Cavedon, que vão estar na Assembleia como deputados estaduais, que sejam vigilantes na questão dos contratos.

Eu tenho um trauma: na década de 1970, me chamaram para dar aula num colégio lá de Ipanema, Odila Gay da Fonseca. Contrato. Aí teve uma greve, eu fui demitido, sem nenhum direito. Fiz, graças a Deus, graças a todos os santos, e não tenho nenhum problema de consciência, muito antes pelo contrário. Se não fosse aquele gesto daquela primeira greve do magistério do Rio Grande do Sul, ainda em pleno regime militar, nós, talvez, não estivéssemos na situação em que estamos hoje, numa desgraça maior do que já está. Eu estive em Palmas, em Tocantins, na sexta, sábado e domingo, com os meus recursos, deixo bem claro, sem gastar dinheiro da Câmara. E lá tem escola em tempo integral. Palmas, em Tocantins, cidade com menos de 300 mil habitantes, tem uma educação integral, pelo que pude verificar e que pretendo estudar, já tenho os contatos. Aí, sim, vou fazer agenda oficial, vou em nome da Câmara, voltarei e quero relatar na CECE, mesmo sendo da CCJ. Quero vir aqui dar relato, quero gravar, quero discutir, pois, como que se tem escola integral lá, e nós, aqui, nesse rame-rame, ano após ano, com discurso de escola integral, citando Darci Ribeiro, citando Leonel Brizola, citando esse ou aquele, e continuamos nessa desgraceira aqui no Estado e no Município? Eu, por exemplo, pergunto sempre aos professores que diacho é esse IDEB em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul? Não consigo entender. O que há com a nossa Cidade, Ver. Alex? Eu sei que o IDEB tem elementos que eu, pessoalmente, acho que são muito discutíveis, mas alguma coisa existe. Em alguns lugares o IDEB é altíssimo, as pessoas fazem o mesmo tipo de exame, de averiguação de norte a sul do País. Alguma coisa está errada aqui em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul. Não sei muito bem, quero discutir, quero ouvir o pessoal que esta na sala de aula. São poucos, e o Alex está, o nosso colega vereador, ele é daqueles que vai para escola, dá aulas e está aqui.

Eu quero fazer esse debate, não só hoje aqui, mas no final, na última semana que temos para votar. Eu não tenho pressa para votar absolutamente nada, porque sempre estive aqui, às 14h, quando muitos outros não estavam. Quem retirou o quórum aqui, em muitas sessões não fui eu, foi o governo. Portanto, assumam suas responsabilidades; eu assumo as minhas. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para discutir o PLE nº 012/18.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu não quero levar esta discussão para o lado ideológico nem para o lado político, porque tem a política partidária e as políticas públicas. A contratação de professor é política pública. Eu já me manifestei outra vez aqui que voto favorável a esse projeto, porque não tem concurso vigente, não tem professor esperando para ser chamado. Se não tem concurso vigente, se não tem professor esperando – e é impossível fazer um concurso em seis meses, sete meses, oito meses –, é preciso contratar emergencialmente, como todos os governadores fizeram até agora. Eu disse todos, inclusive o Collares, do meu partido; os prefeitos do PT, os governadores do PT. Eu, inclusive, apresentei uma emenda e depois retirei, baseado na Lei nº 7.770, que ali fala por 120 dias e mais 120 dias a contratação emergencial. Só que eu acabei interpretando errado, me passei, e esta lei é apenas para eventos individuais, tipo, vai ter vacinação, então, pode fazer uma contratação emergencial por 120 dias mais 120 dias. Eu não vejo um grande prazo contratar por um ano mais um ano, até que se possa fazer um concurso que demora sete, oito meses até fazer o chamamento, até apresentar documentação. Tem professor que recorre, vai à Justiça. Então, dois anos é um prazo aceitável. Essa emenda que a Ver.^a Sofia apresenta, querendo determinar um prazo para o concurso, ora, os vereadores não podem determinar prazo; é o Executivo, é o prefeito que tem que determinar o prazo. Agora, nós sabemos, a Ver.^a Sofia, que foi uma competente secretária, também sabe que o concurso demora sete meses, oito meses. Aí, quem perde vai à Justiça; mais quatro meses, entregam os documentos, faltam documentos, bom, e aí se foram os dois anos.

Então, quero dizer que vou votar o projeto como está, retirei a minha emenda, foi um equívoco, repito, e vou votar porque acho um prazo justo, a contratação de um ano, podendo renovar por mais um ano, porque não adianta depois chegar no final do ano e vir para esta tribuna aqui e dizer: “Faltou professor de matemática! Faltou professor de português! As crianças estão sem aula, as crianças estão sem professores!” Não! Nós precisamos contratar professores, a contratação de professores é muito bem-vinda! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLE nº 012/18.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, acho que há uns três meses, mais ou menos, secretário Adriano, vários vereadores subiram nesta tribuna dizendo que a orientação que veio do Ministério Público para a Prefeitura de Porto Alegre não era tirar os professores de educação física das praças, dos ginásios de esportes e levar para as salas de aula. A orientação do Ministério Público para o governo, Ver.^a Sofia, era fazer contrato emergencial, imediatamente, para suprir as demandas das escolas, fazer um chamamento, buscar os professores que não fossem regentes, que estavam fora do seu local de trabalho e levar de volta para a Secretaria, não só os professores que atuam em outros lugares, mas, inclusive, os professores que atuam em órgãos públicos, que estão afastados da educação, atuando em órgãos públicos, e também concurso público. Acredito que uma parte está sendo cumprida quando se faz esse contrato emergencial. Quando foi discutido esse projeto aqui, quando ele estava em pauta, eu subi à tribuna e defendi esse contrato emergencial; defendi porque é lá na ponta, lá nas comunidades carentes que as crianças estão sem os professores, é lá onde há necessidade, Ver. Aldacir Oliboni, de resolver esse problema. Na escola Chapéu do Sol, por exemplo, cujo problema nós trouxemos para a CCJ, faltam professores de matemática, faltam professores de geografia. Lá na Restinga, como foi notícia em vários jornais, faltam professores. Nós não temos tempo de esperar concurso público. Nós tivemos concurso da Guarda. Seguido, aqui, tem o pessoal que passou no concurso da Guarda esperando ser chamado. Eu e o Ver. Dr. Thiago participamos de um grupo formado por enfermeiros que fizeram o concurso público da saúde e, até agora, também não foram chamados. A cidade de Porto Alegre, Ver. Carús, não pode esperar concurso público. Contrato emergencial existe para várias fases, existe para vários órgãos, então eu acho que este é o momento. A população de Porto Alegre exige que os seus filhos estejam em sala de aula, estejam aprendendo. Agora, diferente de uma fábrica, de uma loja, de uma empresa de transporte, tu não podes contratar um professor por 90 ou por 120 dias. Como ficam aquele aluno que já se enturmou, já se adaptou ao

professor e aquele professor que já se adaptou à comunidade? Hoje em dia, nós temos essa dificuldade. Os professores, assim como os agentes de saúde, assim como os enfermeiros que atendem nas unidades de saúde, têm que se adaptar à comunidade; aí, nós vamos querer que esses professores tenham um prazo de 120 dias. Quando querem conhecer a escola, quando querem conhecer os pais, quando querem conhecer o entorno da escola, são trocados, saem da escola. Então eu acho que nós temos que nos preocupar com pais e mães que querem os seus filhos dentro da sala de aula, com pais e mães que querem os seus filhos estudando e aprendendo – reivindicação que várias vezes fizemos aqui na tribuna desta Casa. Sou a favor do concurso público, sou a favor da valorização do professor público, sou a favor da escola pública. Agora, nós precisamos, imediatamente, resolver esse problema.

Então eu acho que devemos aprovar este projeto. Eu pedi ao líder do governo, na quarta-feira, que estivesse na ordem para ser votado em função da necessidade do povo de Porto Alegre. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para discutir o PLE nº 012/18.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu quero falar diretamente para o meu amigo Adeli Sell. Ver. Adeli Sell, aceito a sua provocação para nós debatermos o problema do ensino municipal em Porto Alegre. Aceito, mas acho que nós temos que fazer algumas colocações.

Por exemplo, por que as greves constantes no seio dos professores e das professoras, inclusive, com o apoio de membros deste Legislativo, em prejuízo da população e das famílias porto-alegrenses?

Segundo ponto, salários altos, talvez os mais elevados do País, enquanto a qualidade do ensino continua baixa. É uma constatação feita por V. Exa. feita aqui na tribuna.

Terceiro, falta de professores, repetidamente, e existência de professores cedidos para este Legislativo, enquanto faltam professores lá para orientar as nossas crianças. É uma incoerência, não é, vereador?

Outro assunto, que, aliás, é muito bom: aposentadoria integral. Enquanto os vereadores se aposentam pelo INSS, aqui se aposenta com salário integral. É uma vantagem muito grande, no entanto, não tem correspondência na qualidade do ensino. É, exatamente, o IDEB. Concessão de benesses, também aos professores, sem a repercussão necessária na qualidade do ensino. Vereador, V. Exa. tem razão, vamos debater, e acho que precisamos.

Sr. Secretário, precisamos debater a qualidade do ensino e precisamos mais informações suas também, porque já citei cinco aqui: greves constantes, salários altos e baixa qualidade, falta de professores e cedência para o Legislativo, aposentadoria integral sem o compromisso com a qualidade do ensino e a concessão de benesses também sem a reciprocidade traduzida em qualidade do ensino. Aceito, vamos debater.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLE nº 012/18.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Minha cara Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu até fui prejudicado, porque queria um espacinho para me organizar no debate. Depois que ouvi o discurso do Ver. Nedel, arrepiei. Arrepiei! Salários altos demais... Mas parece que nós queremos aqui é empurrar para baixo os salários. É claro que não. Salários dignos. Nós precisamos lutar por melhores salários.

Segundo lugar, benesses, falta de compromisso com a qualidade de ensino, o ensino público. Senhoras e senhores, nós vamos votar favorável ao projeto e contra as emendas. O ensino público tem lá seus defeitos, mas não me digam que o ensino privado está essa maravilha, porque não está. E, diga-se de passagem, o valor da prestação do serviço que se paga no ensino privado é caro demais, é alto demais pelo pouco que oferecem. Eu não vejo ninguém aqui fazer ao menos, no mínimo, uma meditação sobre o tema. Eu me criei no ensino público, e essa conversa de que o ensino público é ruim, isso é para intensificar, para viabilizar, para os nossos pais, com posses ou não, sonharem em levar para a escola privada, Ver. Alex. É o sonho de consumo daqueles que compreendem que o bom, o ótimo, o desejável, o melhor está no serviço privado. Não está. O ensino público e o privado, no Rio Grande do Sul, têm sérios problemas e se equivalem. É claro que a

pág. 62

escola privada tem lá as suas coisas um pouquinho melhor, mas também, a cada ano, é um monte de aumento!

Meu caro secretário Adriano, vamos votar favorável ao projeto, porque ele é bom, é importante para a Cidade e, antes de mais nada, é necessário e muito bom para a nossa criançada de Porto Alegre. Podemos discursar, falar, meditar, criticar, mas precisamos aprovar este projeto. E não me venham dizer que há um descompromisso do setor público que eu não vou admitir, não vou! Eu sou servidor público há 45 anos, levei a sério. Eu deito no meu travesseiro e durmo. Nunca levei um grampinho para casa, cumpri todas as minhas responsabilidades e sei que a maioria é assim. Vamos olhar os defeitos e os problemas, mas não dá para ouvir generalizações que levam a nada, a coisa alguma. Precisamos compreender que as deficiências partem também do alto comando. E não estou criticando, são defeitos, são problemas que acontecem. Mas nós levamos a responsabilidade da qualidade do serviço público apenas ao servidor público é dose para cachorro. Vamos compreender que estamos juntos neste mesmo baile, com os mesmos problemas, com as mesmas dificuldades e precisamos abraçar. Vou repetir, para encerrar a minha ladainha...

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Não é bem assim! Não me digam que o serviço público é um atraso, e que o serviço privado é a maravilha do século. Aqui no Estado não é. Temos dificuldades em todos setores, portanto, vamos estar juntos nessa jornada. O projeto é bom, meu caro secretário, bom e necessário. Ou melhor, é ótimo e necessário. Voto favoravelmente. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Aprego a Emenda nº 05, de autoria dos vereadores Aldacir Oliboni, Sofia Cavedon, Fernanda Melchionna e Prof. Alex Fraga, ao PLE nº 012/18.

Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 05 ao PLE nº 012/18 à apreciação das Comissões, para parecer.

(Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 05 ao PLE nº 012/18.

O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLE nº 012/18.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde. Inicialmente, eu estava me organizando para falar sobre o projeto de lei única e exclusivamente dentro do período de discussão, mas, como o assunto foi descambando para outras áreas, inclusive com relação à qualidade do ensino público, eu então acho necessária minha contribuição como professor com 16 anos de sala de aula. Já dei aula em muitas escolas nesta Cidade, também em muitos pré-vestibulares. E acho que o discurso feito sobre qualidade versus ensino público ou privado é um debate extremamente distorcido, tendencioso e mau-caráter – distorcido, tendencioso e mau-caráter. É fato que, há décadas passadas, o índice de analfabetismo no Brasil era imenso, gigantesco, monstruoso, coisa que deixava todos nós, brasileiros, envergonhados. Políticas públicas que tenderam a diminuir o nível de analfabetismo avançaram muito nesse quesito, porém essa foi a prioridade colocada pelos governos passados: erradicação do analfabetismo. É impossível agregar qualidade técnica e altos índices, como são exigidos na Prova Brasil, IDEB e ENEM, na estrutura curricular que temos atualmente, estrutura essa extremamente defasada, com a monstruosa desigualdade social existente, principalmente na periferia das nossas cidades, e botar a culpa, única e exclusivamente, no serviço público, no servidor público, na escola pública. Como é que vamos pensar em altos índices de aproveitamento, quando uma significativa fatia das nossas crianças passam fome, vão de chinelos de dedo para escola em pleno inverno, não necessariamente para assistir às aulas maravilhosas do professor Alex Fraga, mas para comer, para ter três refeições no seu dia. Isso é realidade, mas algumas pessoas desconhecem essa realidade, como o Ver. João Carlos Nedel, que sobe nesta tribuna e desfia uma série de bobagens, besteiras, por falta de conhecimento da realidade. O seu pequeno mundinho do São Geraldo e arredores o impede de vislumbrar o que existe próximo da periferia, onde crianças não têm comida, onde crianças não têm acesso à saúde pública porque moram em regiões de ocupação e sequer podem ser cadastradas em postos de saúde. Isso é Porto Alegre, mas boa parte

pág. 64

dos vereadores desconhece; agora toda a população brasileira, toda a população rio-grandense, toda a população porto-alegrense acha que pode discutir educação sem ter lido um livro de Paulo Freire. Mas que porcaria é essa? Como é que vocês querem avançar em termos de educação se se sentem doutores para discutir o assunto sem ter pisado em uma sala de aula, sem ter lido um livro de pedagogia, sem ter feito uma cadeira na universidade? Isso é ridículo. Eu me sinto envergonhado por ter tantos doutores em educação opinando sobre o tema sem ter lido uma página, uma publicação científica, um artigo, sem conhecer a realidade da periferia desta Cidade. Vocês me desculpem esta manifestação impulsiva, mas eu tenho 18 anos de sala de aula, e não me considero um sabedor pleno das realidades que os nossos alunos enfrentam, cada dia estou aprendendo mais. Mas me fere os meus ouvidos perceber pessoas que desconhecem completamente essa profissão, esse meio, subirem numa tribuna, como esta, com uma responsabilidade as suas costas e ficarem proferindo idiotices. Desculpem-me, isso é inaceitável! É por isso que a educação no Brasil é um lixo... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLE nº 012/18.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Ver. Prof. Alex Fraga, eu estudei numa faculdade de direito por cinco anos, fiz duas especializações; não quis fazer mestrado, porque não tenho a vocação que meu pai tinha, era professor de direito, e hoje em dia se exige. Graças a Deus, e graças aos meus pais, ele tinha uma preocupação que eu aprendesse línguas também. Ele dizia: “Meu filho, eu vou te instrumentalizar para vida, porque aconteceu comigo”. Meu pai era um imigrante, o Bosco conheceu; minha avó era uma negra, meu avô era um judeu alemão, nessas andanças dele a encontrou, se apaixonaram e foram morar lá em Bagé. Ele dizia o seguinte: “Eu não vou poder te deixar nada a não ser a educação”. Coisas que os imigrantes judeus tinham, e foi o que ele transmitiu para nós. No dia que houve um episódio na vida do meu pai, quando ele foi a júri por duas vezes, no dia que ele foi absolvido, o meu avô disse assim a ele: “Meu filho, se eu tivesse feito fortuna e fosse fazendeiro, eu teria que vender todas as fazendas para

pág. 65

pagar um advogado e tu poderes ser defendido, razão que tu tinhas. Mas eu te dei algo que vale muito mais do que fazendas, eu te dei educação”. Meu pai se defendeu, tinha grande advogados, mas se defendeu. Eu estou dizendo isso, porque eu já disse mil vezes aqui, secretário Adriano, porque sou alguém que não estuda a metodologia de ensino como o senhor disse, mas alguém que sabe a metodologia de ensino, como o senhor disse, mas alguém que sabe, como líder político que pretendemos ser, que uma sociedade se forma com base na educação. E aí não preciso ser professor, não preciso ser pedagogo, não preciso ser *expert* nisso, e também não sou idiota por dizer o que estou dizendo, que não é somente educação, porque, se fosse somente a educação, se ela se bastasse sozinha, o Uruguai, que não tem taxa de analfabetismo, seria um país desenvolvido. O Uruguai não consegue vencer certas barreiras e hoje é um país rarefeito, três milhões e pouco de habitantes, uma pobreza. Os jovens, da idade de alguns vereadores aqui mais jovens do que eu têm que ir embora do país porque não têm oportunidade. Contrastando com o Uruguai, nós olhamos os tigres asiáticos: Coreia do Sul – não a do Norte –, China, Japão agregaram à educação e sacralizaram à figura do professor a inovação, a tecnologia, a pesquisa. Para isso, eles desenvolveram um espírito empreendedor, e, para isso, eles romperam com o paradigma, que, por exemplo, pauta a sua visão de mundo, o marxismo. Eles optaram por outro caminho: o caminho da empresa, da liberdade, de menos estado, de mais respeito e de eficiência, o que nós não encontramos no serviço público, porque no serviço público, infelizmente, o que nós encontramos é uma ineficiência atroz e uma defesa ferrenha dessa ineficiência e das corporações.

Então, eu defendo o Estado, eu tenho divergências profundas com o Ver. Camozzato, por exemplo, que acredita, os liberais dessa linha – me perdoe, Ver. Camozzato, não quero colocar palavras na sua boca –, na liberdade como instância última, e eu, como sou um conservador liberal, eu acredito que a liberdade existe para que a gente construa instituições que garantam a liberdade, mas não a liberdade como fim último, porque aí nós voltaremos à época das selvas, do senhor feudal: alguém faz uma grande fortuna, contrata um exército, monta as suas estruturas... Não.

Mas eu quero dizer que eu acredito na educação, e quero dizer onde eu tenho uma discordância. Eu acho que, nesses últimos 30 anos, o CPERS-Sindicato promoveu um desserviço à educação do Rio Grande do Sul, porque em vez do CPERS-Sindicato estar

preocupado em desenvolver mecanismos, tecnologias, metodologias para fazer com que as nossas crianças aprendessem mais, ele se ocupou em fazer uma oposição meramente política e ideológica na defesa da categoria e não preocupado com a própria educação. É verdade que os professores do Estado, e não os do Município, ganham mal? É verdade que tem que haver uma agenda nesse sentido? Sim, é verdade, mas também havia tantos outros problemas: a questão do ensino ciclado foi um equívoco, foi um erro; essa questão da destruição dos valores da hierarquia, da disciplina... Hoje um cara entra dentro de uma sala de aula e bate num professor, porque ele está se sentindo autorizado para isso. Porque – me perdoem dizer isso – vocês vieram destruindo esses valores. Era precisa refundar uma nova forma, é preciso incluir, é preciso educar para contestar, é preciso revolucionar as bases da sociedade. Não é isso! É verdade, também, por outro lado, que nós vivemos ainda num País terrível, perverso, onde o primeiro objetivo era alfabetizar as pessoas, porque eram analfabetas. Mas, agora, o que adianta alfabetizar, se nós temos uma legião de analfabetos funcionais? No final do ano, um fez que estudou, o outro fez que aprovou e ninguém aprendeu nada. E vai para o mercado de que forma, num mundo globalizado?

Acho que esse é o grande desafio da educação no futuro: compreender que estamos num mundo globalizado, que não adianta só ensinar Paulo Freire, que tem que alfabetizar usando uma determinada metodologia ou tecnologia. Tem que ir muito além, tem que educar para o empreendedorismo, para o desenvolvimento, para o emprego! E é isso que não tem acontecido, e é essa a grande transformação de que precisamos provocar na educação brasileira. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLE nº 012/18, por cedência de tempo da Ver.^a Fernanda Melchionna.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Sra. Presidente, que bom que o Ver. Valter Nagelstein participou do debate, principalmente, citando a figura do Paulo Freire, muito incompreendido pelos brasileiros.

Paulo Freire se apoia principalmente nas relações dialógicas entre os atores da educação, ou seja, o diálogo, a troca de vivências. Paulo Freire dizia que o ponto de

partida da educação tem que ser a vivência do indivíduo, porque ele já tem o acúmulo na sua vida. E tendo acúmulo, se pode avançar mais rapidamente, observar esses parâmetros. Ou seja, não vamos considerar os nossos alunos como tábula rasa, alguns deles têm conhecimentos intrínsecos desde o seu nascimento. E esse é o grande ponto de Freire. Freire nunca pregou uma ou outra ideologia, ele tentava contribuir para o processo pedagógico, com uma visão de mundo para melhorar ou potencializar a aprendizagem, a educação, a qualificação das pessoas.

Agora, voltando à nossa pauta inicial, que era os contratos temporários, o temporário significa uma figura de linha de tempo que deve ser pré-estabelecida para que tenha início e fim. Eis que, a Prefeitura, na figura da Secretaria Municipal de Educação, estabelece que nós tenhamos um início, um final do projeto de lei de 365 dias e a prorrogação por mais 365 dias, totalizando dois anos. Quanto tempo falta para o final da gestão Nelson Marchezan Júnior na Prefeitura de Porto Alegre? Dois anos. Então esse projeto não é temporário, esse projeto é definitivo, esse projeto vai permitir que a Secretaria Municipal de Educação não pague a Fundação La Salle para que ela conclua o concurso público que existe, que está em andamento e só está congelado porque a Prefeitura não efetuou o pagamento. Efetua o pagamento e a Fundação La Salle vai dar andamento no concurso, vai estabelecer a lista de candidatos e vai poder começar a fazer o chamamento para as entrevistas, para o recolhimento de documentos. O que está faltando é vontade da Prefeitura em quitar uma dívida para que haja conclusão do concurso que está congelado. É isso que está acontecendo. Temos um concurso em andamento, mas a Prefeitura não quer concluir esse concurso. Se não efetuar o pagamento, pode chamar um concurso, outro concurso, 25 concursos, mas eles vão servir para quê? Para que as pessoas se inscrevam, paguem a sua inscrição, façam caixa para a Prefeitura e não possam ingressar nos quadros do magistério municipal. Por quê? Porque aí não paga, congela e justifica o contrato temporário que deixa de ser temporário no momento em que o Sr. Nelson Marchezan Júnior deixar o Paço Municipal, no momento em que o Sr. Adriano Naves de Brito deixar a Secretaria Municipal de Educação. E todo esse problema criado por essa gestão. Porque, quando assumiu, tinham concursos válidos, mas perdeu prazo, perdeu tempo, não chamou e os concursos caducaram, expiraram. Essa é a realidade. Ao final de dois anos o prefeito sai e deixa no colo da próxima gestão um problema enorme: como organizar um concurso público,

pág. 68

assumindo em janeiro, com aulas começando ali em fevereiro e março. É isso que nós teremos daqui a dois anos.

Este projeto de lei perde a sua validade, a próxima gestão ganha um problema monstruoso, monumental, um déficit enorme de professores, porque é o final dos contratos temporários, todo mundo vai para casa. Todo mundo vai para casa, e, dentro da redação que foi apresentada, o piso salarial desses professores será o de magistério e não o das pessoas que têm licenciatura... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Essa é uma das correções que nós tentamos fazer a partir de emendas. Emendas essas que muitos vereadores sequer leram e já se pronunciaram da tribuna que vão votar contra. Votar contra por quê? Porque o professor temporário tem que ganhar uma miséria? Porque professor temporário tem que contribuir para o INSS e não pode contribuir para o Previmpa – que é a nossa previdência do Município? É porque professor temporário não precisa ter garantias legais com relação às suas atribuições, não pode ter isonomia com relação aos professores concursados?

Bom, vou deixando esses questionamentos e vamos transcorrendo os nossos debates. Um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Roberto Robaina (PSOL) (Requerimento): Solicito verificação de quórum, por favor, Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Solicito a abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Roberto Robaina. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.

Está encerrado o prazo regimental da presente sessão. Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h48min.)